

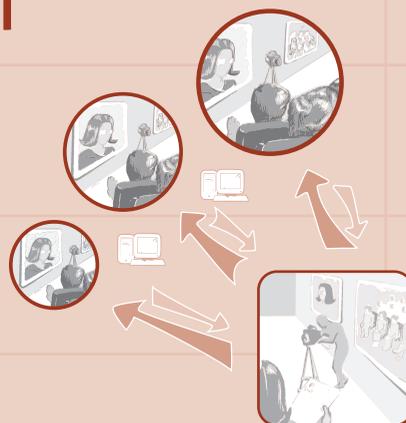
Curso de Graduação em

# Ciências Contábeis a distância

## CONTABILIDADE III

*Sandra Rolim Ensslin*

*Coautora: Suliani Rover*



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Ciências Contábeis



---

E59c Ensslin , Sandra Rolim

Contabilidade III / Sandra Rolim Ensslin, Suliani Rover. - 4.impri. - Florianópolis :  
Departamento de Ciências Contábeis /UFSC, 2015.

126p. : il

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-62894-61-9

1. Ativo permanente. 2. Passivo circulante. 3. Passivo exigível. 4. Empréstimos. 5.  
Educação a distância. I. Universidade Federal de Santa Catarina/Departamento de Ciências  
Contábeis. II. Título.

CDU: 657

---

## **GOVERNO FEDERAL**

**Presidente da República** – Dilma Vana Rousseff  
**Ministro da Educação** – Aloizio Mercadante  
**Diretor de Educação a Distância da CAPES** – Jean Marc Georges Mutzig

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Reitora** – Roselane Neckel  
**Vice-Reitora** – Lúcia Helena Pacheco  
**Pró-Reitor de Administração** – Antonio Carlos Montezuma Brito  
**Pró-Reitora de Assuntos Estudantis** – Denise Cord  
**Pró-Reitor de Pesquisa** – Jamil Assereuy Filho  
**Pró-Reitor de Extensão** – Edison da Rosa  
**Pró-Reitora de Pós-Graduação** – Joana Maria Pedro  
**Pró-Reitor de Graduação** – Julian Borba  
**Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento** – Antonio Cezar Bornia  
**Secretário de Aperfeiçoamento Institucional** – Airton L. Cerqueira Leite Seelaender  
**Secretária de Cultura** – Zilma Gesser Nunes  
**Secretária Especial da Secretaria Gestão de Pessoas** – Elci Terezinha de Souza Junckes  
**Secretário de Relações Internacionais** – Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho  
**Coordenadora UAB/UFSC** – Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz

## **CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

**Diretora** – Elisete Dahmer Pfitscher  
**Vice-Diretor** – Rolf Hermann Erdman

## **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Chefe do Departamento** – Luiz Felipe Ferreira  
**Subchefe do Departamento** – Joisse Antonio Lorandi  
**Coord. Geral do Curso de Graduação na modalidade a distância** – Luiz Felipe Ferreira  
**Coordenadora de Educação a Distância** – Eleonora Milano Falcão Vieira  
**Coordenador de Tutoria** – Altair Borgert  
**Coordenador de Pesquisa** – Darci Schnorrenberger  
**Coordenador de TCC** – Marcelo Dutra  
**Coordenador de Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem** – Irineu Afonso Frey  
**Coordenador Financeiro** – Erves Ducati  
**Coordenador Pedagógico** – Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

#### **EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - PRIMEIRA EDIÇÃO**

**Coordenação de Design Instrucional** – Fernanda Pires Teixeira

**Design Instrucional** – Claudete Maria Cossa

**Revisão Textual** – Júlio César Ramos

**Assistente de Conteúdo** - Suelen Haidar Ronchi

**Coordenação de Design Gráfico** – Giovana Schuelter

**Design Gráfico** – Felipe Augusto Franke

**Ilustrações** – Felipe Augusto Franke

**Design de Capa** – Guilherme Dias Simões

Felipe Augusto Franke

Steven Nicolás Franz Peña

**Projeto Editorial** – Guilherme Dias Simões

Felipe Augusto Franke

Steven Nicolás Franz Peña

#### **EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - QUARTA EDIÇÃO**

**Coordenação de Design Instrucional** – Andreia Mara Fiala

**Design Gráfico** – Fabrício Sawczen

**Ilustrações** – Aurino Manoel dos Santos Neto

Felipe Augusto Franke

**Design de Capa** – Guilherme Dias Simões

Felipe Augusto Franke

Steven Nicolás Franz Peña

**Projeto Editorial** – Guilherme Dias Simões

Felipe Augusto Franke

Steven Nicolás Franz Peña

## SUMÁRIO

<b>UNIDADE 1 - INVESTIMENTOS.....</b>	<b>10</b>
1.1 Introdução .....	11
Títulos representativos de capital de outras sociedades .....	13
Investimentos representativos de direitos de qualquer natureza.....	16
1.2 Investimentos: Classificação das contas.....	17
1.3 Métodos de avaliação de investimentos.....	18
1.4 Método de avaliação – método de custo de aquisição.....	19
Investimentos sujeitos à avaliação pelo Método do Custo de Aquisição.....	19
Operacionalização do Método do Custo de Aquisição.....	20
Método de custo de aquisição – perdas estimadas.....	24
1.5 Método de avaliação – Método da Equivalência Patrimonial (MEP).....	27
Investimentos sujeitos à Avaliação pelo Método da Equivalência Patrimonial.....	27
Operacionalização do Método da Equivalência Patrimonial.....	29
Dividendos recebidos no Método da Equivalência Patrimonial.....	33
1.6 Método da equivalência patrimonial – ágio ou deságio.....	35
Segregação Contábil do Ágio ou Deságio .....	37
Determinação do Valor do Ágio ou Deságio.....	38
Origem do Ágio ou Deságio .....	38
1.7 Método da equivalência patrimonial – amortização do ágio ou deságio .....	40
Critério de amortização para o ágio ou deságio proveniente da diferença entre o valor justo e o valor contábil dos bens .....	41
Critério de baixa para o ágio proveniente da expectativa de resultados futuros.....	42
<b>UNIDADE 2 - ATIVO IMOBILIZADO .....</b>	<b>50</b>
2.1 Introdução.....	51
2.2 Classificação das contas .....	52
2.3 Custo de aquisição.....	56
2.4 Gastos de capital x gastos do período.....	57
2.5 Critério de avaliação das contas .....	58
<b>UNIDADE 3 - ATIVO INTANGÍVEL .....</b>	<b>68</b>
3.1 Introdução.....	69
3.2 Classificação das contas .....	70
3.3 Custo de aquisição.....	71
3.4 Critério de avaliação das contas .....	73

## **UNIDADE 4 - PASSIVO CIRCULANTE E PASSIVO NÃO CIRCULANTE... 78**

4.1 Introdução.....	79
4.2 Classificação das contas .....	80
4.3 Critério de avaliação das contas .....	81
4.4 Empréstimos e financiamentos .....	81
Contabilização.....	82
Variações monetárias .....	84
Juros.....	87
Encargos financeiros (juros) a transcorrer.....	90
4.5 Debêntures .....	94
Conversíveis/não conversíveis em ações .....	95
Remuneração das debêntures .....	95
Gastos com colocação .....	100

## **UNIDADE 5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..... 108**

5.1 Introdução.....	109
5.2 Classificação das contas .....	110
5.3 Função dos grupos .....	111
Capital social .....	111
Reservas de capital .....	111
Ajustes de avaliação patrimonial.....	115
Reservas de lucros .....	118
Ações em tesouraria.....	123
Prejuízos acumulados .....	123

## **REFERÊNCIAS..... 125**



## **CARO(A) ALUNO(A),**

Seja bem-vindo!

Iniciamos aqui o estudo da disciplina Contabilidade III. O objetivo deste livro didático é possibilitar que você, aluno da terceira fase do curso de graduação em Ciências Contábeis, solidifique os conhecimentos até agora apreendidos. Dessa forma, esperamos proporcionar a você a possibilidade de aplicação integrada dos conteúdos anteriormente estudados, juntamente com os repassados nesta fase.

Esta disciplina, Contabilidade III, é informada pela legislação societária, regida pela Lei no 6.404/1976, Lei no 10.303/2001, Lei no 11.638/2007 e Lei no 11.941/2009, e pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Trata-se de uma disciplina que se configura como uma continuação dos conteúdos apresentados nas disciplinas Contabilidade I e Contabilidade II.

Aqui, estudaremos os seguintes subgrupos do Ativo não circulante: Investimentos, Imobilizado, Intangível; também veremos sobre o grupo do Passivo circulante e Passivo não circulante, focando os subgrupos Empréstimos e financiamentos e Debêntures; e o grupo Patrimônio Líquido. A partir do registro das operações desses grupos e subgrupos, você também construirá a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial.

Apresentamos os assuntos na ordem sequencial da disposição dos grupos no Balanço Patrimonial. Com vistas a facilitar o entendimento do conteúdo e promover a aprendizagem, optamos por fazer uso de ilustrações. Esperamos alcançar o nosso objetivo da melhor forma possível.

*Professoras Sandra e Suliani.*



## Unidade 1

# INVESTIMENTOS

Nesta unidade, temos como objetivo apresentar o grupo de Investimentos, classificado no Ativo não circulante. Vamos estudar o conceito de investimentos, suas classificações e apresentar os tipos de participações societárias: controladas, coligadas e outras sociedades.

## 1.1 INTRODUÇÃO

O grupo do Ativo não circulante é composto pelos seguintes subgrupos, conforme a Lei nº 11.941/09 (BRASIL, 2009): Ativo realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Assim, no Ativo não circulante são classificados os bens corpóreos e incorpóreos que não se destinem à venda (então de uso permanente), sendo, normalmente, de propriedade da empresa.



Você pode consultar a Lei nº 6.404/76 no sítio <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)>.

O Quadro a seguir, ilustra a nomenclatura dos grupos que compunham o Balanço Patrimonial antes da Lei nº 11.941/09. Confira.

Balanço Patrimonial da ..... em .... / .... / ..... (em \$)

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Ativo Realizável a Longo Prazo <b>Ativo Permanente</b> Investimentos Imobilizado Intangível Diferido	Passivo Circulante Passivo Exigível a Longo Prazo Resultado de Exercícios Futuros Patrimônio Líquido

Cumprir observar que a Lei nº 11.941/09 altera o art. 178 da Lei no 6.404/76 e, por consequência, também a Lei no 11.638/07, mais especificamente seu §1º, no qual a nomenclatura dos grupos do ativo e passivo é alterada. Além disso, os subgrupos Ativo Diferido e Resultado de Exercícios Futuros são excluídos.

O Quadro apresentado a seguir, ilustra a composição do Balanço Patrimonial a partir da Lei 11.941/09. Acompanhe.



Balço Patrimonial da ..... em .... / .... / ..... (em \$)

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Ativo Não Circulante <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b> Investimentos Imobilizado Intangível	Passivo Circulante Passivo Não Circulante Patrimônio Líquido

A partir dessa introdução, podemos começar a estudar o subgrupo **Investimentos**.

Estudaremos aqui o que são investimentos, em que grupos do Ativo eles são encontrados e por que avaliá-los.

As empresas, aproveitando os excessos de recursos financeiros, podem aplicá-los na compra de:

- (I) títulos de crédito ou de valores mobiliários no mercado financeiro;
- (II) títulos representativos do capital de outras sociedades; ou
- (III) investimentos representativos de direitos de qualquer natureza.

Esses investimentos podem variar, quanto ao prazo de vencimento, desde curtíssimo até longo prazo. Nesta disciplina, focamos nos investimentos do tipo (II) e (III), cujo caráter é **permanente**, ou seja, ao adquiri-los, a entidade não tem a intenção de vendê-los.

Nesse contexto, segundo o artigo 179 da Lei nº 6.404/76, serão classificados no subgrupo Investimentos do Ativo não circulante: **“as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa”** (BRASIL, 1976, grifo nosso).

### 1.1.1 TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL DE OUTRAS SOCIEDADES

Os investimentos em (II) – títulos representativos de capital de outras sociedades, normalmente representados por ações ou quotas – ocorrem quando, por exemplo, uma organização A adquire ações ou quotas da organização B. A partir dessa aquisição, a organização A passa a ser detentora de parte do capital social da organização B.



Observe que a organização compradora dos títulos representativos de capital (ações ou quotas) de outra é denominada investidora; já a organização que vende parte ou todas as suas ações ou quotas é denominada investida.

Salientamos que esse tipo de investimento poderá figurar no ativo circulante ou no ativo não circulante – ativo realizável a longo prazo, se a intenção da organização compradora for a de mantê-lo com fins especulativos, procurando o melhor momento para revertê-lo.

Esses investimentos, representativos de capital de outras sociedades, podem ser classificados em:

- participação em controladas;
- participação em coligadas; e
- participações em outras empresas.

As participações em empresas controladas e em empresas coligadas figurarão somente no Ativo não circulante, subgrupo Investimentos, enquanto as participações em outras empresas poderão figurar em qualquer dos dois grupos principais do Ativo (circulante ou não circulante).

Nesse momento, a pergunta que emerge é: quando uma investida (entidade, sociedade ou organização) é classificada pela investidora como controlada, coligada ou outra sociedade? O que definirá a classificação da sociedade que se adquire (investida) é a quantidade e o tipo de ações ou quotas (título representativo do capital da sociedade) negociadas.

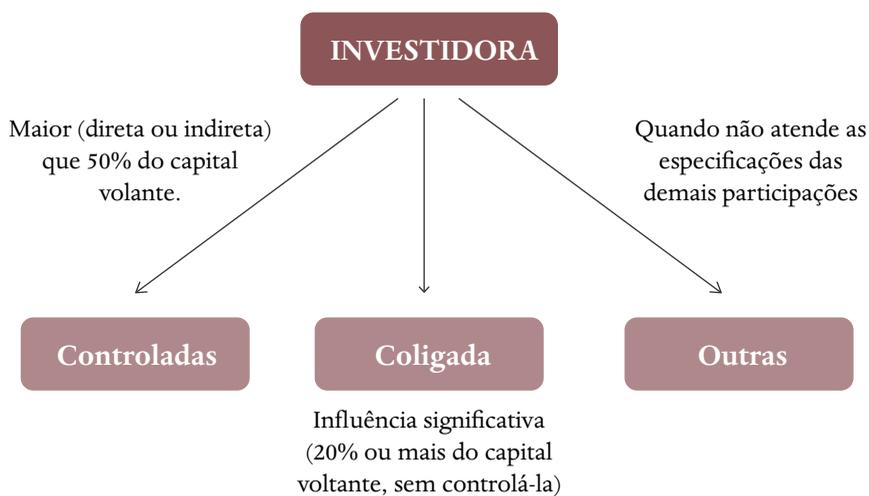


Você deve lembrar que o capital social (capital total) é formado por ações/quotas ordinárias e preferenciais. As ordinárias são aquelas que permitem o direito ao voto, configurando-se como capital votante. E as preferenciais não permitem o direito ao voto. Sendo assim, o que precisamos saber é qual o tipo e a quantidade de títulos (ações/quotas) que classificam a investida em controlada, coligada ou outra sociedade.

Resumidamente, temos o seguinte:

TIPO DE SOCIEDADE	PARTICIPAÇÃO SOBRE O CAPITAL SOCIAL (TIPO E QUANTIDADE DE AÇÕES/QUOTAS ADQUIRIDAS)
Controladas	Participação (direta ou indireta) maior que 50% do capital votante.
Coligadas	Quando a investidora tem influência significativa, ou seja, tem participação direta ou indireta igual ou maior que 20% do capital votante, sem controlá-la.
Outras sociedades	Quando não atende as especificações das demais participações.

Graficamente, teríamos:



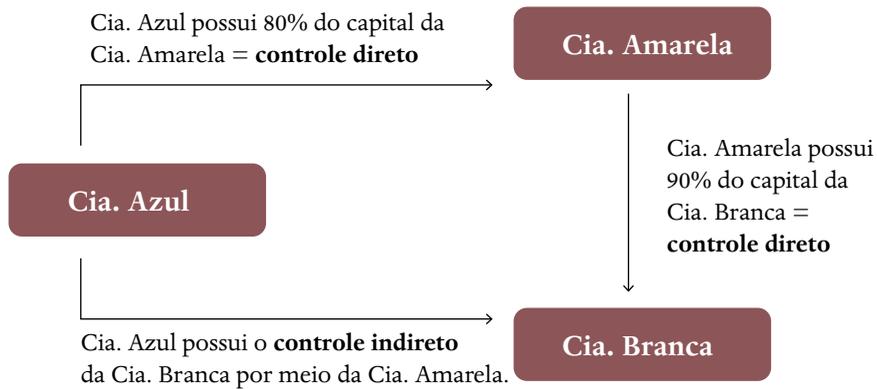
Sabendo disso, faltou apenas entendermos o que é **participação (controle) direta ou indireta na investida**. Vamos ver a seguir.

A participação direta ocorre quando a investidora adquire títulos (ações/quotas) diretamente da investida A, participando de seu capital social. Já a par-

ticipação indireta ocorre quando a investidora adquire títulos (ações/quotas) indiretamente, ou seja, por meio de outra(s) investida(s), participando, assim, também do capital social.

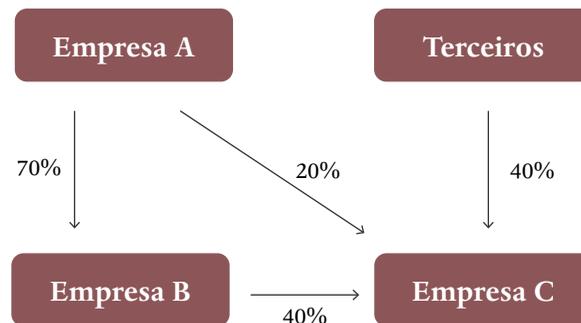
Vejam os exemplos a seguir para elucidar esse conceito. Considere que todas as porcentagens são de capital votante (ações/quotas ordinárias):

Exemplo 1.1:



Fonte: Adaptado de Assaf e Araújo (2004)

Exemplo 1.2:



Fonte: Martins et al. (2013, p.738)



Conforme a ilustração de Martins et al. (2013, p.738), podemos constatar que:

- a empresa A possui diretamente 70% da empresa B; logo, a empresa B é controlada diretamente pela empresa A; e
- a empresa A tem diretamente 20% da empresa C, os quais somam-se aos 40% que indiretamente tem da empresa C por meio da empresa B; logo, a empresa C também é controlada da empresa A.

Apesar de 70% de 40% corresponderem a 28%, que, somados aos 20%, totalizam 48%, o que acontece de fato nas assembleias da empresa C é que predomina a decisão da empresa A, devido à soma de seus votos (20%) e dos votos de sua controlada empresa B (40%).

Observe que o importante é o conceito de controle, não de propriedade. Apenas 48% pertencem a empresa A, já que 40% pertencem a terceiros e 12% pertencem aos acionistas minoritários da empresa B (30% de 40%), mas de forma indireta a empresa A controla totalmente a empresa C.

### **1.1.2 INVESTIMENTOS REPRESENTATIVOS DE DIREITOS DE QUALQUER NATUREZA**

Os investimentos em (III) – títulos de crédito ou em valores mobiliários não representativos de capital de outras sociedades – ocorrem quando, por exemplo, uma organização A adquire direitos de qualquer natureza e que não se destinem à manutenção da atividade da organização, como os investimentos em ouro, em obras de arte ou em imóveis para renda.

Observe que esse tipo de investimento (caso a empresa o adquira com interesse de revendê-lo) será classificado no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo.

Conforme já mencionamos, nesta disciplina estudaremos os investimentos de caráter permanente e, por isso, assim registrado no grupo do ativo não circulante.

Para apresentar os investimentos no Balanço Patrimonial não basta coletar do livro Razão as contas que os registram com seus respectivos saldos. É necessário, conforme exigência contida na Lei no 6.404/76 e na Lei nº 11.638/07, verificar se foram contabilizados os rendimentos auferidos no período (variação cambial, juros ou outros), bem como analisar seus valores ao valor de mercado ou para cobrir perdas prováveis na realização. Para atender a essa demanda é que os investimentos devem ser avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial, pelo Método do Custo de Aquisição ou por Valor Justo.

## **1.2 INVESTIMENTOS: CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS**

Antes de estudarmos os métodos de avaliação dos investimentos, vejamos como as contas representativas dos investimentos são classificadas e posicionadas no Balanço Patrimonial:



ATIVO

**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

**INVESTIMENTOS**

PARTICIPAÇÕES PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

**Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial**

Valor da equivalência patrimonial

Participações em controladas (contas por empresa)

Participações em controladas em conjunto (contas por empresa)

Participações em coligadas (contas por empresa)

Participações em sociedades do grupo (contas por empresa)

Mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas (conta por empresa)

Ágio por rentabilidade futura (goodwill) (conta por empresa)

Perdas estimadas para redução ao valor realizável líquido (conta credora por empresa)

**Avaliadas pelo valor justo**

Participações em outras sociedades (contas por empresa)

Avaliadas pelo método de custo

Participações em outras sociedades (conta por empresa)

Perdas estimadas (conta credora por empresa)

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

**Avaliadas pelo valor justo**

Propriedades para investimento

Avaliadas pelo custo

Propriedades para investimento

Depreciação acumulada (conta credora)

Perdas estimadas (conta credora)

OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES

Obras de arte

Perdas estimadas (conta credora)

## 1.3 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A Lei nº 6.404/76, nos artigos 183 e 248 (com nova redação dada pela Lei no 11.638/07), estabelece três métodos para a avaliação dos investimentos, que são:

a) **Método do Custo de Aquisição**

“Consiste em ajustar o investimento após o seu reconhecimento inicial somente pela ocorrência de perdas por redução do ativo ao seu valor recuperável” (MARTINS et al. 2013, p.194).

b) **Método de Equivalência Patrimonial (MEP)**

“Consiste em, após o reconhecimento inicial, ajustar o investimento pela parte do investidor em quaisquer mutações no patrimônio líquido da investida” (MARTINS et al. 2013, p.194).

c) **Método do Valor Justo**

Consiste em “avaliar a valor justo seus investimentos permanentes em outras sociedades que não coligadas ou controladas, podendo avaliar a custo somente quando não existir preço de mercado cotado em um mercado ativo ou quando um valor justo confiável não puder ser obtido utilizando-se outras técnicas de avaliação” (MARTINS et al. 2013, p.196).

## 1.4 MÉTODO DE AVALIAÇÃO – MÉTODO DE CUSTO DE AQUISIÇÃO

Veremos aqui quais os investimentos que serão avaliados por meio do Método de Custo de Aquisição e como funciona essa avaliação.

### 1.4.1 INVESTIMENTOS SUJEITOS À AVALIAÇÃO PELO MÉTODO DO CUSTO DE AQUISIÇÃO

Conforme disciplina contida no artigo 183 da Lei nº 6.404/76, estão sujeitos à avaliação pelo Método do Custo:

“III - Os **investimentos em participação no capital social de outras sociedades**, ressalvado o disposto nos artigos 248 a 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na **realização do seu valor, quando esta perda estiver comprovada como permanente [...]**” (BRASIL, 1976, grifo nosso).



Art. 248 da Lei nº 6.404/76 a partir da redação dada pela Lei nº 11.941/09: “No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência **significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial [...]**” (BRASIL, 1976, 2009, grifo nosso).



Saiba que os artigos 249 e 250 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.941/09, tratam das Demonstrações Consolidadas e das Normas sobre Consolidação, respectivamente. Esses assuntos não são contemplados nesta disciplina, mas você poderá vê-los nas próximas.

“IV – os demais investimentos, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão **para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão**” (BRASIL, 1976, grifo nosso).

## 1.4.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO MÉTODO DO CUSTO DE AQUISIÇÃO

A avaliação dos investimentos em participação no capital social de outras sociedades pelo Método do Custo de Aquisição consiste em atribuir ao investimento o valor originalmente pago por ele e, quando couber, deduzir as perdas estimadas. Observe o exemplo a seguir.

Exemplo 1.3:

De acordo com a apresentação do Balanço Patrimonial das Companhias Alfa (investidora) e Gama (investida), em 10/01/20X1, data da aquisição do investimento, observe como será estruturado o Balanço Patrimonial de Alfa em 31/12/20X1 e a Demonstração do Resultado do Exercício de 20X1, sabendo que:

O Patrimônio Líquido de Gama é constituído, em 01/01/20X1, apenas pelo capital social de R\$ 42.000,00 (quarenta e duas mil ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma). Sua constituição ocorreu também em 01/01/20X1, e dessas quarenta e duas mil ações, 50% são ações ordinárias e 50% são ações preferenciais.

Após intensa negociação, a Companhia Alfa adquire o lote de ações de Gama por R\$ 3.000,00 (3.000 ações, sendo todas ações preferenciais).

Sabe-se também que o lucro líquido de Gama em 20X1 foi de R\$ 8.000,00, dos quais R\$ 5.000,00 foram destinados à distribuição dos dividendos e o restante foi para a constituição de reservas.

Balanço patrimonial da Alfa em 10/01/20X1 (em R\$)

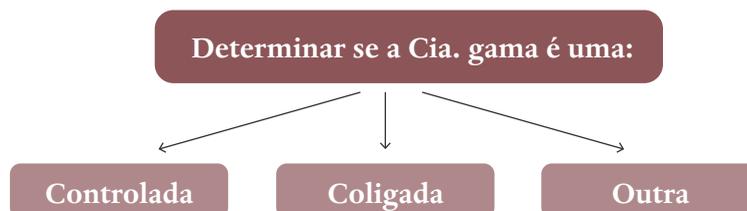
ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante.....117.000,00	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Ativo realizável a longo prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital social.....100.000,00
Companhia Gama.....3.000,00	Reserva de capital.....20.000,00

Balanço patrimonial da Gama em 10/01/20X1 (em R\$)

ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante .....42.000,00	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Ativo realizável a longo prazo	Patrimônio Líquido
	Capital social.....42.000,00

Resolução:

1º PASSO





Participação de capital:

Cia Gama (Investida)

$$\frac{3000}{42000} \text{ ações } 7,14\%$$

A Cia. Gama será classificada como outra sociedade e o investimento será avaliado pelo Método de Custo.

Como Alfa adquire apenas ações preferenciais de Gama, a investida não é coligada, nem controlada. Além disso, não há influência significativa na investida e o investimento, neste exemplo, não pode ser avaliado confiavelmente ao valor justo.

Diante dessa situação, passaremos ao lançamento (efetuado ao final do exercício financeiro) de apropriação dos dividendos a receber da Companhia Gama:

$$\text{R\$ } 5.000,00 \times 7,14\% = \text{R\$ } 357,00.$$

<b>D: Dividendos propostos a receber</b> (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Outros créditos)	
<b>C: Dividendos e rendimentos de outros investimentos</b> (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e despesas operacionais – Lucros e prejuízos de participação em outras sociedades)	R\$ 357,00

Fonte: elaborada pelo autor (2014)

Note que o lançamento apresenta o nome das contas em que deverá ser registrado o valor obtido – entre parênteses, consta a localização e o nome do grupo e do subgrupo das contas – no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

A partir desse lançamento, o Balanço Patrimonial da Companhia Alfa em 31/12/20X1 e a Demonstração do Resultado do Exercício de Alfa referente ao exercício de 20X1 ficam assim estruturados, considerando apenas esse fato contábil:

## Unidade 1 - Investimentos

Balanço patrimonial da Companhia Alfa em 31/12/20X1

ATIVO	Rs	PASSIVO	Rs
Ativo circulante		Passivo circulante	
Outros créditos	121.643,00	Passivo não circulante	...
Dividendos a receber	357,00		
Ativo não circulante			
Ativo realizável a longo prazo		Patrimônio líquido	
		Capital social	100.000,00
Investimentos		Reserva de capital	20.000,00
Participações permanentes em outras sociedades		Reserva de lucros	5.000,00
Avaliadas Método Custo Participação em outras empresas Companhia Gama	3.000,00		
Ativo imobilizado			
Ativo intangível			
<b>TOTAL</b>	<b>125.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>125.000,00</b>

Fonte: elaborada pelo autor (2014)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA ALFA</b>	
<b>REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 20X1</b>	
Receita bruta de vendas ou serviços	6.000,00
(-) Custo das mercadorias vendidas ou dos serviços prestados	1.357,00
(=) Resultado operacional bruto	4.643,00
(-) Despesas operacionais	
De vendas	
Administrativas	
Resultado financeiro líquido	
(+) Outras receitas operacionais	
Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades	
Dividendos e rendimentos de outros investimentos	357,00
(=) Lucro líquido do exercício .....	5.000,00

Fonte: elaborada pelo autor (2014)



### 1.4.3 MÉTODO DE CUSTO DE AQUISIÇÃO – PERDAS ESTIMADAS

Conforme vimos anteriormente, os investimentos em participação no capital social de outras sociedades avaliados pelo Método de Custo de Aquisição poderão ter seu saldo deduzido de perdas estimadas quando essa perda estiver comprovada como permanente. É esse o assunto de que trataremos neste tópico.

A perda estimada será contabilizada pela investidora quando a investida apresentar redução de seu Patrimônio Líquido e essa situação se configurar como de improvável recuperação, ou seja, permanente.

Sendo assim, a investidora deve conhecer e acompanhar a situação de sua investida por meio de análise das demonstrações contábeis e da apuração do valor patrimonial das ações. A partir da identificação do valor patrimonial das ações da investida, a investidora compara esse valor com o valor das ações adquiridas que tem registrado em seu balanço patrimonial no subgrupo investimentos.



Quando consideramos que a perda é comprovada como permanente? Basicamente, em duas situações:

- quando a investida estiver operando com prejuízos em exercícios sucessivos, caso em que o valor do patrimônio da investida fica reduzido; e
- quando a investida se encontrar em má situação, falida ou quando seus produtos ou serviços não mais sejam viáveis ou estejam abandonados.

Nesses casos, normalmente não haverá recuperação do investimento feito, devendo ser constituída como provisão para perdas (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2007).

Ressaltamos que, a partir do Pronunciamento 18 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Método de Avaliação de Investimentos pelo Custo pode ser substituído ou utilizado de forma consorciada com o **Método Valor Justo**.

Observe que as perdas permanentes devem ser calculadas na proporção das perdas esperadas, ou seja, em **proporcionalidade com a redução do Patrimô-**

**nio Líquido.** Sendo assim, a prática de se proceder a uma provisão integral, caso a investida tenha reduzido o valor patrimonial de suas ações, não é adequada: deve-se verificar a situação da investida e constituir a perda conforme a redução constatada.

Exemplo 1.4:

A Companhia Bom Negócio investiu na Companhia Indecisa há cinco anos, adquirindo 5% do capital social desta. A decisão de investir nessa empresa foi tomada com base em constantes lucros observados na Companhia Indecisa. Todavia, nos últimos três anos, a Companhia Indecisa vem apresentando prejuízos, e o seu Patrimônio Líquido, no último balanço, apresenta uma redução de 40% de lucro em relação aos demonstrativos apresentados no último período em que a empresa obteve lucro.

Constatou-se, ainda, que não há perspectiva de a Companhia Indecisa melhorar essa situação a curto prazo, uma vez que a sua crise decorre de fatores conjunturais, alheios à sua vontade. Há dúvidas se a Companhia Indecisa superará essa crise.

Assim, o Balanço Patrimonial da Companhia Bom Negócio apresenta investimentos avaliados pelo Método de Custo de Aquisição. A participação na Companhia Indecisa está contabilizada (na data do balanço, 31/12/20X1, antes da apuração do resultado do exercício) em R\$ 1.500.000,00.

Esse é um caso típico de perdas estimadas:

- 1) houve queda do valor patrimonial das ações; e
- 2) os prejuízos são sucessivos e não há perspectiva de melhora.

Portanto, esse diagnóstico nos permite comprovar as perdas como permanentes, ou seja, entendidas como impossíveis ou improváveis de recuperação.

Resolução:

Nesse caso, a perda poderá ser realizada à base de 40%, que é exatamente o correspondente à redução do Patrimônio Líquido da Companhia Indecisa.

$$\text{R\$ } 1.500.000,00 \times 40\% = \text{R\$ } 600.000,00$$



D: Perdas prováveis na realização dos investimentos (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e despesas operacionais – Ganhos e perdas de capital nos investimentos)	
C: Perdas estimadas (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método do Custo – Participações em outras empresas)	R\$ 600.000,00

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA BOM NEGÓCIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 20X1</b>	
Receita bruta de vendas ou serviços	
(-) Custo das mercadorias vendidas ou dos serviços prestados	
(=) Resultado operacional bruto	
(-) Despesas operacionais	
De vendas Administrativas Resultado financeiro líquido (+) Outras receitas operacionais	
(=) Resultado operacional líquido	
(-/+ ) Outras receitas e despesas	
Ganhos e perdas de capital nos investimentos	
Perdas prováveis na realização dos investimentos	R\$ 600.000,00
(=) Resultado Líquido do Exercício	

<b>BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA BOM NEGÓCIO (INVESTIDORA) EM 31/12/20X1</b>			
ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
Ativo circulante		Passivo circulante	
Ativo não circulante		Passivo não circulante	...
Investimentos			
Participações permanentes em outras sociedades			
Avaliadas pelo Método de Custo			
Participação em outras empresas			
Companhia Indecisa	1.500.000,00		
Perdas estimadas			
Companhia Indecisa	(600.000,00)	Patrimônio líquido	
Ativo imobilizado			
Ativo intangível			
TOTAL		TOTAL	

## 1.5 MÉTODO DE AVALIAÇÃO – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP)

Neste tópico, vamos estudar quais investimentos serão avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). O MEP surgiu no Brasil com o advento da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de a investidora reconhecer os resultados de seus investimentos (em coligadas e controladas) quando tais resultados são gerados, e não somente quando as investidas os distribuírem, na forma de dividendos.

Conforme aprendemos anteriormente, os investimentos em participação no capital social de outras sociedades serão avaliados pelo Método de Custo de Aquisição sempre que não se enquadrarem no art. 248 da Lei nº 6.404/76.

### 1.5.1 INVESTIMENTOS SUJEITOS À AVALIAÇÃO PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Então vamos relembrar o que estabelece o art. 248 da Lei nº 6.404/76:

No balanço patrimonial da companhia, **os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa**, ou de que **participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum** serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial... (BRASIL, 1976, grifo nosso).

Vimos anteriormente o caso em que um investimento em participação no capital social de outra sociedade classifica esta como controlada, coligada ou outra sociedade. A Coligada sempre será avaliada pelo MEP. Agora, temos de saber quando a investidora influencia na administração de forma significativa, de modo que a investida possa ser classificada como coligada.

A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por um ou mais investidores das seguintes formas:



- representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- participação nos processos de elaboração de políticas e em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- operações materiais entre o investidor e a investida;
- intercâmbio de diretores ou gerentes; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

O MEP surgiu no Brasil com o advento da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de fazer a investidora reconhecer os resultados de seus investimentos em coligadas, equiparadas a coligadas e controladas quando tais resultados são gerados, e não somente quando as investidas os distribuírem na forma de dividendos.



Observe que o MEP acompanha o fato econômico, ou seja, a geração dos resultados, e não apenas a formalidade da distribuição de tal resultado, como ocorre no Método de Custo de Aquisição. Como o próprio nome sugere, o Método da Equivalência Patrimonial consiste na atualização ou desatualização do valor do investimento, de tal forma que ele se mantenha equivalente ao percentual de participação da investidora no valor do Patrimônio Líquido de sua investida.

Portanto, caso uma investidora seja detentora de 60% do capital social de sua investida, o valor que essa investidora terá registrado no subgrupo Investimentos, a conta referente à controlada será equivalente a 60% do valor do Patrimônio Líquido da investida.

## 1.5.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Conforme a Lei nº 6.404/76 e as suas atualizações, as normas para operacionalização do MEP são as seguintes:

I - o valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas;

II - o valor do investimento será determinado mediante a aplicação, sobre o valor de patrimônio líquido referido no número anterior, da porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada;

III - a diferença entre o valor do investimento, de acordo com o número II, e o custo de aquisição corrigido [...] será registrada como resultado do exercício [...]. (BRASIL, 1976)

De forma resumida, podemos dizer que uma vez identificado o investimento que deve ser avaliado pelo MEP, será efetuada a equivalência por meio do seguinte procedimento:

(i) apura-se o valor do investimento (saldo da conta) após a equivalência patrimonial, multiplicando-se o patrimônio líquido da empresa investida pelo percentual de sua participação no capital social, pela investidora; e

(ii) o valor da equivalência patrimonial será obtido pela diferença entre o valor após a equivalência patrimonial e o saldo do investimento presente na razão contábil.



Observe que o valor da equivalência é registrado do seguinte modo:

**D: Participações em.....** (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações Permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da equivalência)

**C: Participação nos resultados de coligadas e controladas pelo método da equivalência patrimonial** (Demonstração do resultado do Exercício – Outras receitas e despesas operacionais – Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades)

Fonte: elaborada pelo autor (2014)

Exemplo 1.5:

Suponhamos que no Balanço Patrimonial da Companhia Gama (investidora), levantado em 01/01/20X2, conste no Ativo não circulante, subgrupo Investimentos, os dois investimentos a seguir:

- (i) R\$ 55.000,00 no capital da Companhia A (investida); e
- (ii) R\$ 69.540,00 no capital da Companhia B (investida).

Vamos assumir que a participação de Gama no capital da Companhia A corresponda a 25% do capital votante, e na Companhia B corresponda a 38% do capital votante. Desse modo, ambos os investimentos constituem-se com participação no capital votante das investidas coligadas, logo, serão avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Em 31/12/20X2 as Companhias A e B informam o valor do Patrimônio Líquido, constante em seu Balanço Patrimonial, de R\$ 230.000,00 e R\$ 190.000,00, respectivamente, já incluindo o lucro líquido do exercício.

Com base nessas informações, teremos:

Companhia A

$$\text{R\$ } 230.000,00 \times 25\% = \text{R\$ } 57.500,00$$

$$\text{R\$ } 57.500,00 - \text{R\$ } 55.000,00 = \text{R\$ } 2.500,00$$

**Investimento - Companhia A**

Saldo Inicial	55.000
MPE	2.500
	57.500

Tabela 10 – Participações na Companhia A

D: Participações em coligadas – Companhia A (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da equivalência)	
C: Participação nos resultados de coligadas e controladas pelo método da equivalência patrimonial (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e despesas operacionais – Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades)	R\$ 2.500,00

Fonte: elaborada pelo autor (2014)

**Companhia B**

$$R\$ 190.000,00 \times 38\% = R\$ 72.200,00$$

$$R\$ 72.200,00 - R\$ 69.540,00 = R\$ 2.660,00$$

**Investimento - Companhia B**

Saldo Inicial	69.540
MPE	2.660
	72.200

D: Participações em coligadas – Companhia B (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da equivalência)	
C: Participação nos resultados de coligadas e controladas pelo método da equivalência patrimonial (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e despesas operacionais – Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades)	R\$ 2.660,00



**Participação nos resultados  
de coligadas e controladas  
pelo MEP (DRE)**

	2.500
	2.660
	5.160

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA GAMA (INVESTIDORA) REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 20X2</b>	
Receita bruta de vendas ou serviços	
(-) Custo das mercadorias vendidas ou dos serviços prestados	
(=) Resultado operacional bruto	
(-) Despesas operacionais	
De vendas Administrativas Resultado financeiro Líquido (+) Outras receitas operacionais	
Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades	
Participação nos resultados de coligadas e controladas pelo MEP	Rs 5.160,00
(=) Resultado operacional Líquido	
(=) Resultado Líquido do Exercício	

<b>BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA GAMA (INVESTIDORA) EM 31/12/20X2</b>			
<b>ATIVO</b>	<b>Rs</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Rs</b>
Ativo circulante		Passivo circulante	
Ativo não circulante		Passivo não circulante	...
Investimentos			
Participações permanentes em outras sociedades			
Avaliadas pelo MEP			
Valor da equivalência Patrimonial			
Participações em coligadas			
Companhia A	57.500,00		
Companhia B	72.200,00		
Avaliadas pelo Método de Custo		Patrimônio líquido	
Ativo imobilizado			
Ativo intangível			
Total		Total	

### 1.5.3 DIVIDENDOS RECEBIDOS NO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Continuemos partindo do exemplo da Companhia Gama (investidora), que adquiriu ações da Companhia A e da Companhia B.

Ao término do exercício social, a Companhia A e a Companhia B informaram que do lucro líquido apurado, R\$ 10.000,00 e R\$ 7.000,00, respectivamente, serão destinados a dividendos: R\$ 2.500,00, de A, e R\$ 1.750,00, de B, sendo o restante do lucro destinado às reservas previstas.

Com base nessas informações, a investidora deverá proceder com os seguintes registros contábeis:

Registro da apropriação dos dividendos

Companhia A = R\$ 2.500,00 x 25% (participação sem capital) = R\$ 625,00

D: Dividendos propostos a receber – Companhia A (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Outros créditos)	
C: Participações em coligadas – Companhia A (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da equivalência)	R\$ 625,00

#### Investimento - Companhia A

Saldo Inicial	55.000	
MPE	2.500	
	57.500	
		625 apropriação de dividendos
	56.875	

#### Dividendos a receber - Companhia B

625 apropriação de dividendos	
----------------------------------	--



Companhia B = R\$ 1.750,00 x 38% (participação sem capital) = R\$ 665,00

D: Dividendos propostos a receber – Companhia B (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Outros créditos)	
C: Participações em coligadas – Companhia B (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da equivalência).....	R\$ 665,00

#### Investimento - Companhia B

Saldo Inicial	69.540	
MPE	2.660	
	72.200	
		665 apropriação de dividendos
	71.535	

#### Dividendos a receber - Companhia B

apropriação de dividendos	665	
------------------------------	-----	--

Agora, vamos tirar a “prova dos 9”. Para isso, vamos multiplicar o patrimônio líquido da Companhia A e da B pelo percentual de participação no capital social que a Companhia Gama (investidora) possui. O valor do investimento (saldo da conta) deverá ser o mesmo.

#### Companhia A

Patrimônio Líquido (antes da destinação dos dividendos) = R\$ 230.000,00

(-) Destinação dos dividendos = R\$ 2.500,00

(=) Patrimônio Líquido final = R\$ 227.500,00

R\$ 227.500,00 x 25% = R\$ 56.875,00 - exatamente o saldo da conta Investimentos

### Companhia B

Patrimônio Líquido (antes da destinação dos dividendos) = R\$ 190.000,00

(-) Destinação dos dividendos = R\$ 1.750,00

(=) Patrimônio Líquido final = R\$ 188.250,00

R\$ 188.250,00 x 38% = R\$ 71.535,00 - exatamente o saldo da conta Investimentos

## 1.6 MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL – ÁGIO OU DESÁGIO

Neste tópico, vamos estudar o que ocorre quando a investidora adquire um investimento, que será avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), mas paga por esse investimento um valor superior ou inferior ao seu valor patrimonial.

Conforme aprendemos anteriormente, os investimentos em participação no capital social de outras sociedades que são avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial terão seus saldos sempre ajustados pela equivalência do percentual de participação no capital social da investida em relação ao patrimônio líquido desta.



Sendo assim, percebemos que a investidora terá o investimento sempre registrado pelo seu valor patrimonial. A partir dessa informação, podemos inferir que os conceitos de ágio e de deságio terão por base o valor patrimonial das ações da investida.

Assim, a investidora irá verificar se o valor que está desembolsando para aquisição do investimento (em participação no capital social de outra sociedade) é igual, superior ou inferior ao valor patrimonial das ações da investida.



Observe que caso a investidora adquira:

- um investimento cujo valor corresponda exatamente ao valor patrimonial das ações da investida, nada ocorre em termos de ágio ou deságio;
- um investimento cujo valor seja superior ao valor patrimonial das ações da investida, configura-se a existência de ágio; e
- um investimento cujo valor seja inferior ao valor patrimonial das ações da investida, configura-se a existência de deságio.

Vale salientar que o conceito de ágio e o de deságio é a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações, e não o da diferença entre o valor pago e o valor nominal delas. Observe que tanto um como o outro ocorre apenas quando adotado o Método da Equivalência Patrimonial para avaliação da participação no capital social de outra sociedade (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Dessa forma, há ágio quando o preço de custo das ações para a investidora for maior que seu valor patrimonial, e deságio quando esse for menor, como exemplificamos a seguir:

	EMPRESA 1 (INVESTIDA)	EMPRESA 2 (INVESTIDA)	EMPRESA 3 (INVESTIDA)
Patrimônio Líquido das investidas em 31/12/2011	R\$ 800.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 600.000,00
Número de ações que formam o capital social (formado só por ações ordinárias/capital votante)	800.000 ações	250.000 ações	600.000 ações
Valor patrimonial das ações das investidas em 31/12/2011	R\$ 800.000 = R\$ 1,00 800.000 ações	R\$ 500.000 = R\$ 2,00 250.000 ações	R\$ 600.000 = R\$ 1,00 600.000 ações

Valor da ação negociado, em 31/12/2011, com a empresa Números	R\$ 1,00	R\$ 2,50	R\$ 0,80
Número de ações adquiridas pela empresa Números	240.000 ações	150.000 ações	240.000 ações
Valor da transação pago pela empresa Números pela aquisição das ações	R\$ 240.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 192.000,00
Valor patrimonial das ações das investidas vendidas à empresa Números	R\$ 240.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 240.000,00
Existência ou não de ágio ou deságio para a empresa Números		ÁGIO	DESÁGIO

Fonte: elaborada pelo autor (2014)

### 1.6.1 SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DO ÁGIO OU DESÁGIO

Ao comprar **ações**, contabiliza-se em subcontas distintas, para fins de controle interno, segregando o valor da equivalência patrimonial, a mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas e o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*). Todavia, na publicação das demonstrações contábeis somente o saldo da conta de investimentos é que deve ser divulgado no Balanço Patrimonial (MARTINS et al. 2013).

De acordo com o CPC 18,

pele método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada, em empreendimento controlado em conjunto e em controlada (neste caso, no balanço individual) deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor. As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. (CPC, 2012)

Investimentos em participação no capital social de outra sociedade avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial.



Para permitir tal segregação contábil, o Plano de Contas apresenta tais itens em contas distintas do ativo, conforme se pode visualizar:

Ativo
Ativo não circulante
Investimentos
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial
Valor da equivalência patrimonial
Participações em controladas (contas por empresa)
Participações em controladas em conjunto (contas por empresa)
Participações em coligadas (contas por empresa)
Participações em sociedades do grupo (contas por empresa)
Mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas (conta por empresa)
Ágio por rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> ) (conta por empresa)

Fonte: elaborado pelo autor (2014)

## 1.6.2 DETERMINAÇÃO DO VALOR DO ÁGIO OU DESÁGIO

Para permitir a determinação do valor do ágio ou deságio, é necessário que, na **data-base** da aquisição das ações, determine-se o valor da equivalência patrimonial do investimento. Para tal, a investida deve elaborar e disponibilizar seu Balanço Patrimonial, preferencialmente na mesma data-base da compra das ações ou até dois meses antes dessa data.

A data-base é a data da efetiva transmissão dos direitos de ações aos novos acionistas (investidora). A partir dela, a investidora passa a usufruir dos lucros gerados e das demais vantagens patrimoniais.

## 1.6.3 ORIGEM DO ÁGIO OU DESÁGIO

O ágio e o deságio podem ser justificados pela investida, basicamente, como devido a uma de duas origens:

- (i) por diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens da investida; e
- (ii) por expectativa de resultados futuros (*goodwill*).

O tratamento contábil dessas origens pode variar, particularmente, quanto ao procedimento para cálculo e registro de sua amortização.

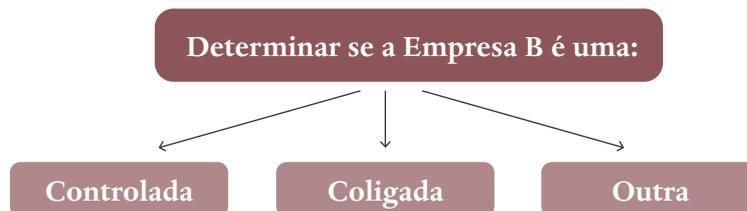
Exemplo 1.6:

A empresa A entra em entendimento com os acionistas da empresa B para aquisição de 30.000 ações dessa, sendo 10.000 ordinárias e 20.000 preferenciais, além de ter influência significativa na investida. Em março de 20X1 formaliza-se que a base de preço de compra e venda das ações seria estabelecida como a do valor patrimonial contábil das ações neste mesmo mês, acrescido de R\$ 15.000,00 de ágio, valor estipulado em função da expectativa de resultados futuros da investida. Essa transação foi efetuada à vista por meio de cheque do Banco ZZZ.

Em março de 20X1, o Patrimônio Líquido da empresa B estava registrado com o valor de R\$ 400.000,00, sendo este composto por 50.000 ações ordinárias e 50.000 ações preferenciais.

Resolução:

1º Passo: Determinamos qual o tipo da sociedade investida



Participação de capital:

Empresa B (Investida)

- ➡ Participação no Capital Total
- ➡ Participação no Capital Volante e Influência Significativa
- ➡ **Coligada** ➡ MEP

2º Passo: Determinamos qual o método de avaliação do investimento para a empresa A avaliar a empresa B

A empresa A deve utilizar, para avaliar a empresa B, o Método da Equivalência Patrimonial, já que esse investimento atende ao requisito para a utilização desse método: que a empresa investida caracterize-se como coligada



participando com 20% ou mais do capital votante da investida. Nesse exemplo, temos exatamente 20%.

Valor patrimonial das ações da empresa B	
R\$ 400.000,00 100.00 ações	= R\$ 4,00
R\$ 120.000,00	Valor patrimonial (30.000 ações x R\$ 4,00)
<u>R\$ 15.000,00</u>	Valor do ágio
R\$ 135.000,00	Valor da transação (valor pago)

D: Participações em coligadas – Empresa B (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da Equivalência)	R\$ 120.000,00	
D: Ágio por rentabilidade futura – Empresa B (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial)	R\$ 15.000,00	
C: Banco ZZZ (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)		R\$ 135.000,00

## 1.7 MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL – AMORTIZAÇÃO DO ÁGIO OU DESÁGIO

Neste tópico, vamos estudar o procedimento a ser utilizado para o cálculo e o registro da amortização do ágio.

Conforme aprendemos anteriormente, o ágio pode ter duas origens, quais sejam:

- (i) por diferença entre o valor justo e o valor contábil dos bens da investida; e
- (ii) por expectativa de resultados futuros.

A origem do ágio é que determinará quais são os critérios para a sua amortização.

### 1.7.1 CRITÉRIO DE AMORTIZAÇÃO PARA O ÁGIO OU DESÁGIO PROVENIENTE DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR JUSTO E O VALOR CONTÁBIL DOS BENS

O ágio por diferença entre o valor justo e o valor contábil dos bens da investida, também denominado mais-valia de ativos líquidos, ocorre quando a investidora paga, por ação da investida, um valor maior ou menor que o valor patrimonial. Esse valor, seja maior ou menor, é claramente identificado e justificado como o valor justo de um bem ou mais bens que a investida possua e cujo valor diverge, para mais ou para menos, de seu valor contábil líquido.



Dessa forma, a amortização, ou baixa, desse ágio deve acompanhar proporcionalmente a depreciação, ou baixa, de tais bens na empresa investida.

“A realização da mais-valia de ativos líquidos ocorrerá de forma proporcional à realização dos ativos e passivos da investida que lhes deu origem quando do reconhecimento inicial do investimento” (MARTINS et al. 2013, p. 244).

O lançamento contábil realizado pela investidora para registrar a amortização do ágio é:

**D: Amortização de ágio ou deságio de investimentos** – Empresa X (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e despesas operacionais – Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades)

**C: Mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas** – Empresa X (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial)

No caso de ágio proveniente de terrenos, não há amortização, já que esse tipo de bem não sofre depreciação. O ágio somente deve ser baixado quando o bem for vendido pela coligada ou controlada ou por baixa do investimento. O mesmo tratamento é dado aos estoques e às obras de arte, por exemplo, que não são depreciados.



## 1.7.2 CRITÉRIO DE BAIXA PARA O ÁGIO PROVENIENTE DA EXPECTATIVA DE RESULTADOS FUTUROS

Esse tipo de ágio ocorre quando a investidora paga, por ação da investida, um valor maior que o valor justo. Esse valor é justificado em função da expectativa de resultados futuros da coligada, ou controlada.



### SAIBA MAIS

De acordo com o CPC 18, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não pode mais, via de regra, ser amortizado. No caso de investimentos em coligada, ele simplesmente permanecerá como subconta até a efetiva baixa do investimento por alienação ou *impairment*. Com relação ao *goodwill* por investimentos em controladas, ele também será testado por *impairment*, porém de forma isolada. (MARTINS et al. 2013)

Assim, conforme Martins et al. (2013), o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) irá permanecer como subconta dos investimentos em coligadas ou controladas:

- (i) até a baixa do investimento por perda de controle ou da influência;
- (ii) quando da alienação total ou parcial do investimento; ou
- (iii) pelo reconhecimento de perdas por *impairment*.



Repare que agora você conhece as contas que compõem o Plano de Contas da Demonstração do Resultado do Exercício referente ao subgrupo Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades. Para recapitular, apresentamos esse subgrupo a seguir.

Receita Bruta de Vendas ou Serviços
(-) Custo das Mercadorias Vendidas ou Serviços Prestados
(=) Resultado operacional bruto
(-) Despesas Operacionais
De vendas
Administrativas
Resultado Financeiro Líquido
(+/-) Outras Receitas e Despesas operacionais
lucros e Prejuízos de participações em outras sociedades
Participação nos resultados de coligadas e controladas pelo MEP
Dividendos e rendimentos de outros investimentos
Amortização de ágio ou deságio de investimentos
(=) Resultado Operacional Líquido

Fonte: elaborado pelo autor (2014)

### Exemplo 1.7:

Suponha que a empresa Gama, em janeiro do ano corrente, adquira 100% (50% ações ordinárias e 50% ações preferenciais) do capital social da empresa Beta, composto por 1.000 ações, sendo 500 ordinárias e 500 preferenciais. Esse investimento é caracterizado para a empresa Gama como avaliado pelo MEP, uma vez que a empresa Beta, a partir da venda dessas ações, configura-se como uma controlada da empresa Gama.

Essa transação foi paga á vista, por meio de cheque do Banco Zeta. O valor patrimonial dessa aquisição corresponde a R\$ 1.200.000,00; o valor do ágio por diferença de valor de mercado corresponde a R\$ 280.000,00, e o valor do ágio por rentabilidade futura corresponde a R\$ 80.000,00.

Em relação ao ágio advindo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens da empresa Beta – R\$ 280.000,00 – essa diferença corresponde a:

ATIVO CIRCULANTE	Rs
Estoques	
Mercadorias para revenda	40.000,00
Ativo não circulante	
Ativo imobilizado	
Bens em operação	
Terrenos	100.000,00
Obras Civis (Edifícios)	120.000,00
Veículos	20.000,00
<b>Total do Ágio</b>	<b>280.000,00</b>



Como você pode verificar, nesse exemplo a empresa Beta não gerou lucro nem prejuízo.

Sabemos que:

- os estoques foram totalmente vendidos nesse exercício social, consequentemente, o valor de R\$ 40.000,00 será amortizado na íntegra;
- o terreno permanece sob propriedade da empresa Beta, então, não haverá amortização alguma com relação ao valor do ágio advindo desse bem (o que deverá ocorrer apenas quando acontecer a baixa decorrente de sua venda);
- a vida útil remanescente dos edifícios que deram origem ao ágio é de 16 anos, consequentemente, a amortização do ágio deve ser proporcional a esse tempo remanescente; e
- a vida útil remanescente dos veículos que deram origem ao ágio é de 4 anos, assim, a amortização do ágio deve ser proporcional a esse tempo.

Com essas informações, contabilize as transações desde a aquisição do investimento até o encerramento do exercício. Em seguida, apresente a estrutura do Balanço Patrimonial da empresa Gama em 31/12/20X1 referente ao subgrupo do Ativo não circulante.

Resolução:

<b>D: Participações em controladas – Empresa Beta</b> (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da Equivalência)	R\$ 1.200.000,00	
<b>D: Mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas – Empresa Beta</b> (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial)	R\$ 280.000,00	
<b>D: Ágio por rentabilidade futura – Empresa Beta</b> (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial)	R\$ 80.000,00	
<b>C: Banco Zeta</b> (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)		R\$ 1.560.000,00

Dezembro – Cálculo da amortização do ágio

Ágio advindo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens:

**Estoques** – Como não são depreciados, mas realizados por venda a terceiros, a amortização do ágio será pelo seu valor total de R\$ 40.000,00, uma vez que todas as mercadorias para revenda foram vendidas neste exercício.

**Terrenos** – Sem amortização.

**Veículo** – A vida útil remanescente dos veículos que deram origem ao ágio é de 4 anos, portanto, a amortização do ágio deve ser proporcional a esse tempo:

$$\text{R\$ } 20.000,00 / 4 \text{ anos} = \text{R\$ } 5.000,00 \text{ p/ ano}$$

Obras civis (edifícios) – A vida útil remanescente dos edifícios que deram origem ao ágio é de 16 anos. Sendo assim, a amortização do ágio deve ser proporcional a esse tempo remanescente:

$$\text{R\$ } 120.000,00 / 16 \text{ anos} = \text{R\$ } 7.500,00 \text{ p/ ano}$$

O ágio advindo da expectativa de resultados futuros não será amortizado.

Observe os lançamentos contábeis referentes à amortização do ágio dos bens:

<p>D: Amortização de ágio ou deságio nos investimentos – Empresa Beta (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e despesas operacionais – Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades)</p>	
<p>C: Mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas – Empresa Beta (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial)</p>	<p>R\$ 52.500,00</p>



### **Ágio por rentabilidade futura**

Empresa Beta	
R\$ 80.000,00	

### **Mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas**

Empresa Beta	
R\$ 280.000,00	R\$ 52.500,00
R\$ 227.500,00	

#### ATIVO

ATIVO NÃO CIRCULANTE	
INVESTIMENTOS	
PARTICIPAÇÃO PERMANENTE EM OUTRAS SOCIEDADES	
<b>Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial</b>	
Valor da equivalência patrimonial	
Controlada – Empresa Beta.....	R\$ 1.200.000,00
Mais-valia sobre os ativos líquidos das investidas	
Empresa Beta.....	R\$ 227.500,00
Ágio por rentabilidade futura	
Empresa Beta.....	R\$ 80.000,00
Avaliadas pelo método do custo	

## RESUMO DA UNIDADE

Ao longo desta primeira unidade, você aprendeu quais são os investimentos – participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza – de caráter permanente que a entidade adquire. Viu os conceitos de investidora, investida, participação em controladas, participação em coligadas e participações em outras empresas. Agora, você conhece: as contas de investimentos e qual a disposição delas no Balanço Patrimonial; os dois métodos de avaliação dos investimentos (Método do Custo de Aquisição e Método da Equivalência Patrimonial), em termos de conceito, operacionalização e contabilização, bem como as particularidades decorrentes de cada método – perdas estimadas, apropriação dos dividendos, ágio ou deságio e amortização do ágio. Você aprendeu, ainda, a registrar os lançamentos contábeis e estruturar o Balanço Patrimonial, subgrupo Ativo não circulante, Investimentos e a Demonstração do Resultado do Exercício, e subgrupo Outras receitas e despesas operacionais.





## Unidade 2

# ATIVO IMOBILIZADO

Nesta unidade, temos como objetivo estudar o subgrupo imobilizado. Para tanto, conheceremos o seu conceito, quais contas podem ser nele classificadas, o que compõe o custo de aquisição e qual é o critério de avaliação dessas contas.

## 2.1 INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do artigo 179 da Lei nº 6.404/76, com a redação da Lei nº 11.638/2007, serão classificados no subgrupo imobilizado do Ativo não circulante:

“os **direitos** que tenham por objeto **bens corpóreos** destinados à manutenção das **atividades** da companhia ou da empresa ou **exercidos com essa finalidade**, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia **os benefícios, riscos e controle desses bens**” (BRASIL, 2007, grifo nosso).

A partir dessa definição, três aspectos merecem destaque no que diz respeito às características que um bem deve atender para ser classificado no subgrupo Ativo imobilizado:

- destinar-se à manutenção das atividades da companhia;
- configurar-se como um direito que tenha por objeto um bem corpóreo;
- serem, os benefícios, os riscos e o controle desse bem, da empresa que o utiliza.

Observe que esse último aspecto se refere àqueles bens de que a empresa não é proprietária legal, mas tem a posse deles e existe a promessa de comprá-los. (FERREIRA, 2008)



## 2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Vejam como as contas representativas do ativo imobilizado são posicionadas no Balanço Patrimonial:

<b>ATIVO</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>
<b>BENS EM OPERAÇÃO</b>
Terrenos
Obras preliminares e complementares
Obras civis (edificações)
Instalações (elétricas, hidráulicas etc.)
Máquinas, aparelhos e equipamentos
Equipamento de informática ( <i>hardware</i> )
Móveis e utensílios
Veículos
Ferramentas
Florestamento e reflorestamento
<b>DEPRECIACÃO E EXAUSTÃO ACUMULADA (contas credoras)</b>
Obras preliminares e complementares – depreciação
Obras civis – depreciação
Instalações – depreciação
Máquinas, aparelhos e equipamentos – depreciação
Equipamento de informática ( <i>hardware</i> ) – depreciação
Móveis e utensílios – depreciação
Veículos – depreciação
Ferramentas – depreciação
Florestamento e reflorestamento – exaustão
<b>IMOBILIZADO ARRENDADO</b>
Veículos arrendados
Máquinas, aparelhos e equipamentos arrendados
<b>DEPRECIACÃO ACUMULADA DE IMOBILIZADO ARRENDADO</b> (contas credoras)
Veículos arrendados – depreciação
Máquinas, aparelhos e equipamentos arrendados – depreciação
<b>IMOBILIZADO EM ANDAMENTO</b>
Bens em uso na fase de implantação
Construções em andamento
Importações em andamento de bens do imobilizado
Adiantamento a fornecedores de imobilizado
Almoxarifado de materiais para construção de imobilizado
<b>PERDAS ESTIMADAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL</b> (contas credoras)
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável

Conforme você pode verificar, o subgrupo Ativo imobilizado é subdividido em Bens em operação, Depreciação e exaustão acumulada, imobilizado arrendado, Depreciação acumulada de imobilizado arrendado, imobilizado em andamento e Perdas estimadas por redução ao valor recuperável.

Neste momento, devemos entender quais bens serão classificados nos grupos (i) Bens em operação e (ii) imobilizado em andamento. Como o próprio nome sugere, todos os bens que já estão sendo utilizados pela empresa para a realização de sua atividade são classificados no grupo Bens em operação. Por exemplo, em uma empresa de compra e revenda de mercadorias, teremos bens como: os veículos utilizados para a entrega das compras ao cliente, o imóvel em que está a sede ou a loja da empresa, a máquina registradora de código de barras utilizada na loja, os móveis e os utensílios da loja etc.

Já os bens que ainda não estão em condições de serem utilizados nas atividades da empresa, quer por estarem em fase de aquisição (por exemplo, importações em andamento) ou em fase de produção (como edificações), serão classificados no grupo imobilizado em andamento. Para exemplificar, podemos citar os móveis e utensílios utilizados pela empresa em sua fase pré-operacional, ou seja, antes de ela iniciar as suas atividades (durante o desenvolvimento do projeto); a construção da sede da empresa (aqui são registrados os gastos com a fundação, a laje, o piso, a pintura etc.); os gastos incorridos na aquisição, via importação, de equipamentos, máquinas e outros, até o recebimento do bem pela empresa compradora; o adiantamento a fornecedores quando da encomenda de bens do ativo imobilizado, tais como grandes equipamentos etc.



Vale ressaltar que, no momento em que o bem estiver em condições de uso pela empresa, sua transferência é feita diretamente para a conta correspondente em Bens em operação.

Repare que a Lei nº 11.638/2007 estabelece o registro contábil no ativo imobilizado de bens “decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens” (BRASIL, 2007). Esse procedimento encontra-se em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A partir dessa definição, o arrendamento, ou *leasing* mercantil, na modalidade financeira, passa a ser classificado no Ativo imobilizado, uma vez que,



segundo Braga e Almeida (2008, p.48), “os arrendamentos são classificados como financeiros quando são transferidos para a entidade substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade dos bens objeto do arrendamento. Os demais arrendamentos são classificados como operacionais”.

Ferreira (2008, p. 419) define o arrendamento como “uma operação de financiamento, que facilita ao empresário o acesso a bens de uso necessário ao funcionamento da empresa, sem que tenha que comprá-los imediatamente”.



### SAIBA MAIS

Em linhas gerais, o *leasing* financeiro é uma operação de compra financiada, em que o bem arrendado é contabilizado no Ativo imobilizado, enquanto a dívida é contabilizada no Passivo. Já o *leasing* operacional é um contrato de locação de um bem que, normalmente, o arrendatário não tem interesse de comprar, quer seja por necessitar do bem apenas por um período ou pela sua rápida obsolescência. Sendo assim, ele é contabilizado como uma despesa operacional, do mesmo modo que um aluguel (distribuído de forma linear ao longo do contrato).

#### Exemplo 2.1

Em 03/05/20X1, a Companhia Roupas como Novas S/A assinou um contrato de arrendamento financeiro de um veículo com as seguintes características:

- o valor de mercado do bem é de R\$ 90.000,00;
- o prazo do contrato de arrendamento é de 60 meses, sendo que a partir do recebimento do bem a Companhia Roupas como Novas S/A assume os direitos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desse veículo; e
- a Companhia Roupas como Novas S/A recebeu o veículo no mesmo dia da assinatura do contrato (03/05/20X1).

Com essas informações, proceda ao registro contábil dessa transação, ocorrida no dia 03/05/20X1. Para tanto, considere que o Passivo circulante abriga todos os Passivos cuja liquidação ocorra até o próximo exercício social, isto é, até 31/12/20X2. Para simplificar, desconsidere os juros incidentes na transação.

Resolução:

Maio – Registro do arrendamento financeiro do veículo:

Para registrarmos o arrendamento financeiro do veículo, temos de, primeiro, identificar o valor da dívida que será registrado no passivo circulante e o valor do passivo não circulante.

$$R\$ 90.000,00 = R\$ 1.500,00$$

60 meses

Passivo circulante =	Maio/2009 a Dezembro/2010	= 20 meses	X R\$ 1.500,00	= R\$ 30.000,00
Passivo não circulante =	Janeiro/2011 a Abril/2014	= 40 meses	X R\$ 1.500,00	= R\$ 60.000,00
		= 60 meses		= R\$ 90.000,00

D: Veículo Arrendado (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – imobilizado arrendado)	R\$ 90.000,00	
C: Financiamento por arrendamento financeiro (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos)		R\$ 30.000,00
C: Financiamento por arrendamento financeiro (Balanço Patrimonial – Passivo não circulante – Empréstimos e financiamentos)		R\$ 60.000,00

Em caso de incidência de juros, eles serão contabilizados na conta de Encargos financeiros a transcorrer, a qual corresponde a uma conta redutora do valor do financiamento por arrendamento financeiro. Assim, o lançamento contábil seria:

D: Veículo arrendado (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – imobilizado arrendado)

D: Encargos financeiros a transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos)

D: Encargos financeiros a transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo não circulante – Empréstimos e financiamentos)



C: Financiamento por arrendamento financeiro (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos)

C: Financiamento por arrendamento financeiro (Balanço Patrimonial – Passivo não circulante – Empréstimos e financiamentos)

## 2.3 CUSTO DE AQUISIÇÃO

De acordo com o item 16 do CPC 27, os elementos que integram o custo de um componente do Ativo imobilizado são os seguintes:

- a) preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e os abatimentos;
- b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e na condição necessários para que seja capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- c) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período. (CPC, 2009).



Observe também que, na data do reconhecimento, o custo de um ativo imobilizado equivale a seu valor à vista. Caso o prazo de pagamento seja superior aos prazos normais de financiamento, a empresa deve reconhecer a diferença entre o valor à vista e o valor a prazo como encargo financeiro ou despesa com juros durante o período. (CPC, 2009).

Exemplo 2.2:

Em outubro do ano corrente, a empresa Bota Fora S/A adquiriu um equipamento para auxiliar no controle de sua produção, à vista, por meio do cheque do Banco XXX, pelo valor de R\$ 7.000,00. No mesmo dia, pagou à vista, em moeda corrente, R\$ 300,00 a um prestador de serviços para a instalação do equipamento. Proceda ao registro contábil dessa transação.

Resolução:

Outubro – Registro da aquisição do bem imobilizado

D: Equipamento (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – Bens em operação)	R\$ 7.300,00	
C: Banco xxx c/ movimento (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Disponível)		R\$ 7.000,00
C: Caixa (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)		R\$ 300,00

## 2.4 GASTOS DE CAPITAL X GASTOS DO PERÍODO

Os gastos relacionados com os bens do ativo imobilizado podem ser de duas origens:

- gastos de capital; e
- gastos do período.

Os gastos de capital são os que irão beneficiar mais de um exercício social e devem ser incorporados ao valor do Ativo Imobilizado. Exemplos: custo de aquisição do bem, custo de instalação e montagem. Já os gastos do período são aqueles que devem ser contabilizados como despesas do período, pois só beneficiam um exercício social e são necessários para manter o imobilizado em condições de operar, não agregando o valor ao ativo. Exemplos: manutenção e reparos (MARTINS et al. 2013).

Observe que a legislação fiscal (Imposto de Renda) estabelece que o custo de aquisição de um bem permanente não poderá ser deduzido diretamente



como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 326,61 ou prazo de vida útil que não ultrapasse um ano.

A Lei nº 12.973/2014, art. 15, altera o valor para R\$ 1.200,00, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, a menos que a empresa faça a opção prevista no art. 75 ou 96. Já o pronunciamento técnico CPC 27 não estabelece um limite mínimo em termos de valores para o reconhecimento de um item do imobilizado. (CPC, 2009).

## 2.5 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS

Conforme a Lei nº 6.404/76, em seu artigo 183, os elementos do ativo imobilizado serão avaliados pelo “custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão” (BRASIL, 1976).

A depreciação é aplicável aos bens corpóreos que sofram perda de valor devida:

- ao uso;
- à ação da natureza; ou
- à obsolescência.

A depreciação apenas passa a ser registrada a partir do momento em que o bem está em condições de ser utilizado nas atividades às quais a empresa se destina, ou seja, quando o bem está instalado, posto em serviço ou em condições de produzir.

### Exemplo 2.3:

A Companhia Cliente Feliz S/A, que atua no ramo de compra e venda de utensílios domésticos, adquire à vista, em janeiro de 20X1, uma máquina para empacotar e embalar mercadorias cuja vida útil é de 10 anos e o valor é de R\$ 8.550,00. Essa máquina necessita ser montada por técnicos especializados, o que só ocorre no mês de fevereiro, quando a máquina é efetivamente posta em funcionamento.

Lamentavelmente, no ano corrente, as vendas da Companhia Cliente Feliz S/A não ocorrem conforme o previsto, sendo assim, ela decide vender a máquina (adquirida em janeiro). Em novembro do mesmo ano, vende a máquina a vista, por R\$ 8.000,00 (para fins ilustrativos, sem valor residual), recebendo este valor em espécie.

Considerando que a depreciação é contabilizada ao final de cada mês e que o procedimento de depreciação é o das quotas constantes/lineares – a taxa de depreciação anual da máquina é de 10% ao ano (aa) –, contabilize as transações desde a aquisição da máquina até o momento de sua venda.

Resolução:

Janeiro – Registro da aquisição da máquina:

D: Máquina (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – Bens em Operação)	
C: Caixa (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)	R\$ 8.550,00

Novembro – Cálculo do valor contábil da máquina antes de sua venda:

Para apurarmos o valor contábil da máquina, devemos calcular a depreciação do período. Como a máquina só foi posta em funcionamento em fevereiro, a sua depreciação ocorre apenas no mês de fevereiro, independentemente do fato de ter sido adquirida em janeiro.

D: Despesa de depreciação (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – De vendas)	
C: Máquina – Depreciação Acumulada (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – Depreciação e exaustão acumulada) .....	R\$ 712,50

Novembro – Registro da venda da máquina

D: Caixa (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)	R\$ 8.000,00	
D: Máquina – Depreciação Acumulada (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – Depreciação e exaustão acumulada)	R\$ 712,50	
C: Ganho na alienação do imobilizado (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e outras despesas – Ganhos e perdas de capital no imobilizado)		R\$ 162,50
C: Máquina (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – Bens em operação)		R\$ 8.550,00



<b>Máquina - Bens em operação</b>	
Janeiro R\$ 8.550,00	R\$ 8.550,00 Novembro
<b>Caixa - Disponível</b>	
Novembro R\$ 8.000,00	
<b>Depreciação acumulada sem máquina</b>	
<b>Depreciação acumulada</b>	
Novembro R\$ 712,50	R\$ 712,50 Fevereiro - Novembro
<b>Ganho na alienação do imobilizado outras receitas e outras despesas</b>	
	R\$ 612,50 Novembro

A partir do lançamento apresentado anteriormente, repare que você está trabalhando com o subgrupo Ganhos e perdas de capital no imobilizado. Na Unidade 1, você havia trabalhado com o subgrupo Ganhos e perdas de capital nos investimentos, ambos integrantes de Outras receitas e outras despesas (na Demonstração do Resultado do Exercício).

Para recapitular, a seguir é apresentado esse subgrupo, incluindo os demais que já apresentamos na Unidade 1:

Demonstração do Resultado do Exercício da ... referente ao exercício de ...

RECEITA BRUTA DE VENDAS OU SERVIÇOS
(-) Custo das mercadorias vendidas ou dos serviços prestados
(=) Resultado operacional bruto
(-) Despesas operacionais
De vendas
Administrativas
Resultado Financeiro Líquido
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais
Lucros e prejuízos de participações em outras sociedades
Participação nos resultados de coligadas e controladas pelo MEP
Dividendos e rendimentos de outros investimentos
Amortização de ágio ou deságio de investimentos
(=) Resultado operacional líquido
(+/-) Outras receitas e outras despesas
Ganhos e perdas de capital nos investimentos
Perdas prováveis na realização dos investimentos
Ganhos e perdas de capital no imobilizado
Ganhos e perdas na alienação ou baixa do imobilizado

Observe que as máquinas utilizadas pela empresa por meio de *leasing* financeiro serão depreciadas normalmente. Entretanto, o valor da depreciação, em vez de ser registrado como despesa operacional, será alocado ao custo de produção dos estoques.

Aqui, novo conteúdo foi introduzido pela Lei nº 11.638/2007 no que diz respeito à necessidade de se proceder à análise sobre a recuperação dos ativos. A nova redação do § 3o do art. 183 da Lei nº 6.404/76 é a seguinte:

§ 3o A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de descontinuar os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (BRASIL, 1976; 2007, grifo nosso).



Conforme esse texto, devemos observar anualmente dois aspectos da empresa antes da apuração do resultado do exercício:

- verificar se o valor contábil dos ativos é equivalente ou menor ao seu valor recuperável; e
- verificar qual é a vida econômica dos ativos para, então, proceder-se à depreciação, exaustão ou amortização.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso.



Valor justo líquido de despesa de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda. E o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. (CPC, 2010).

Esse procedimento está em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board (IASB)* – pronunciamento IAS nº 36 e *Financial Accounting Standard Board (FASB)* – pronunciamento FAS nº 144) e é conhecido como *Impairment Test*.

Sendo assim, o valor contábil de um ativo não pode estar registrado, no balanço patrimonial, por um montante superior ao seu valor recuperável. Caso o valor do ativo seja superior ao valor recuperável, a entidade deve constituir uma perda estimada por desvalorização, classificada como redutora do ativo que a originou, em contrapartida com o débito no resultado do exercício. Tal procedimento, no Brasil, é denominado **Teste de Recuperabilidade de Ativos**.

Então, o valor contábil do ativo não circulante (exceto o do ativo realizável a longo prazo), a partir dessa consideração, é o valor pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda a respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e das perdas estimadas por redução ao valor recuperável.

Sendo assim, a empresa deve, pelo menos em cada fechamento de balanço, revisar a situação dos ativos para identificar a sua vida econômica e detectar os indícios de deterioração do seu valor. Caso esses existam, a empresa deverá calcular a sua importância recuperável e contabilizar a perda estimada por redução ao valor recuperável.

Exemplo 2.4:

A empresa Planta Futuro S/A atua no ramo de florestamento e reflorestamento de araucária e explora várias plantações localizadas em diversos municípios do sul do Brasil. Um projeto situado em Santa Catarina, com custo do imobilizado de R\$ 500.000,00 e exaustão acumulada de R\$ 130.000,00 foi abandonado em função da baixa produção de pinhão e de madeiras de toras. Por causa do diagnóstico de que essa produção é inviável economicamente e que o valor de realização do imobilizado é nulo, a administração da empresa Planta Futuro S/A decide abandonar o projeto.

Resolução:

Situação atual das contas do imobilizado

<b>Florestamento e reflorestamento</b>	
<b>Bens em operação</b>	
R\$ 500.000,00	
<b>Exaustão acumulada do florestamento e reflorestamento</b>	
<b>Depreciação e exaustão acumulada</b>	
	R\$ 130.000,00

Valor do bem antes do ajuste ao valor recuperável = R\$ 500.000,00

- R\$ 130.000,00 = R\$ 370.000,00

Lançamento para ajuste ao valor recuperável (perdas estimadas):

D: Perda na baixa do imobilizado (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e outras despesas – Ganhos e perdas de capital no imobilizado)	
C: Perdas estimadas por redução ao valor recuperável (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado)	R\$ 370.000,00



Valor contábil da conta do florestamento e reflorestamento do imobilizado após a contabilização das perdas estimadas por redução ao valor recuperável:

Florestamento e reflorestamento	R\$ 500.000,00
Exaustão acumulada do florestamento e reflorestamento	(R\$ 130.000,00)
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável	(R\$ 370.000,00)
Valor contábil	R\$ 0,00

### Exemplo 2.5

A empresa Bons Tempos S.A., que atua no ramo de produção de cerveja artesanal, possui equipamentos contabilizados, em 31/12/20X0, por R\$ 75.000,00 com depreciação acumulada de R\$ 30.000,00. Sabe-se que em 31 de dezembro de 20X0 o valor de venda destes equipamentos, face a lançamentos de equipamentos de produção de cerveja mais modernos e ao desempenho econômico dos equipamentos pior que o esperado, foi estimado em R\$ 45.000,00, incorrendo a empresa em R\$ 5.000,00 para colocar os equipamentos em condições de venda. Além disso, sabe-se que os fluxos de caixa futuros estimados, com base em relatório fundamentado por estudo, para o período de vida útil desses ativos foram os seguintes: R\$ 11.000,00 em 20X1, R\$ 10.500,00 em 20X2, R\$ 9.500,00 em 20X3, R\$ 8.000,00 em 20X4 e R\$ 7.000,00 em 20X5. A taxa de desconto que reflete as atuais avaliações do mercado para os equipamentos em análise é de 8% a.a.

Pede-se:

- Qual é o valor recuperável dos equipamentos da Bons Tempos S.A.? Justifique sua resposta.
- Em relação a estes equipamentos, qual procedimento o contador da empresa Bons Tempos S.A. deve recomendar? Proceda aos lançamentos contábeis.

Resolução

- O valor recuperável é R\$ 40.000,00.

Equipamento	75000
(-) Depreciação acumulada	30000
Valor contábil	45000

## Unidade 2 - Ativo imobilizado

Valor justo	45000
(-) Despesa de venda	5000
Valor justo líquido de despesa de venda	40000

Ano	Fluxos Futuros	Valor presente (Valor em uso)
1	11.000,00	10.185,19
2	10.500,00	9.002,06
3	9.500,00	7.541,41
4	8.000,00	5.880,24
5	7.000,00	4.764,08
	46.000,00	37.372,97

O valor recuperável do ativo é o maior valor entre:

- Valor justo líquido de despesa de venda
- Valor de uso (valor presente)

Neste caso, o valor recuperável será R\$ 40.000,00.

- b) O contador da empresa Bons Tempos S.A. deve recomendar o reconhecimento de perda estimada por redução ao valor recuperável de ativo. O lançamento contábil será:

D:	Perda estimada por redução ao valor recuperável (DRE)	
C:	Perda estimada por redução ao valor recuperável (BP - ANC - Imobilizado)	5.000,00

Observe que nenhum ativo poderá existir por valor que não seja recuperável mediante venda ou utilização por parte da empresa.



## RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade, você aprendeu as características das contas que integram o subgrupo imobilizado. Assim, apresentamos o conceito desse subgrupo, a subdivisão do imobilizado em Bens em operação, Depreciação e exaustão acumulada, imobilizado arrendado, Depreciação acumulada de imobilizado arrendado, imobilizado em andamento e Perdas estimadas por redução ao valor recuperável. Viu também quais as contas que podem ser classificadas nesse subgrupo. Além disso, você agora sabe o que compõe o custo de aquisição ou de produção dos bens do imobilizado, como contabilizar a aquisição e a baixa desses bens, bem como qual a diferença entre gastos de capital e gastos do período. Aprendeu também que, segundo a Lei nº 11.638/2007:

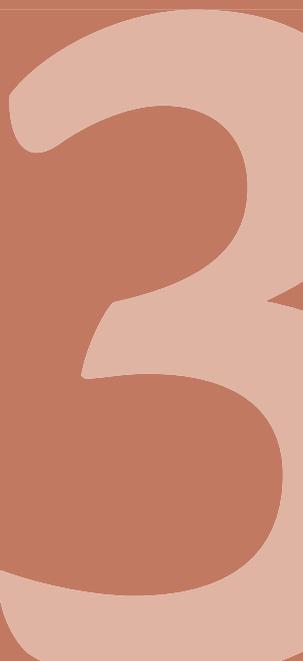
(i) os valores dos bens do imobilizado apenas poderão ser ajustados por depreciação e exaustão; e, (ii) anualmente, a empresa necessita proceder à análise sobre a recuperação desses bens. Nesta unidade, também treinamos os lançamentos contábeis e estruturamos corretamente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício



## Unidade 3

# ATIVO INTANGÍVEL

Nesta unidade, temos como objetivo estudar o subgrupo Intangível, seu conceito, quais as são contas que podem ser aqui classificadas, o que compõe o custo de aquisição e qual é o critério de avaliação dessas contas. Acompanhe!



## 3.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a preocupação com a evidenciação dos recursos intangíveis recebeu maior atenção em 2005 por meio da Deliberação CVM nº 488/05, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC no 27, intitulado Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações, e pela Deliberação no 496/06, que incluiu no Ativo não circulante o subgrupo Ativo intangível.

Atualmente, esse assunto está tratado nos pronunciamentos técnicos CPC 04 – Ativo intangível e CPC 15 – Combinação de Negócios, aprovados pelas Deliberações CVM no 664/10 e no 665/11, respectivamente. Esses pronunciamentos devem ser observados por todos os profissionais de Contabilidade não sujeitos a alguma regulação contábil específica, pois o Conselho Federal de Contabilidade ratificou os conteúdos dos CPCs por meio da NBC TG 04 (R1) e da NBC TG 15 (R2).

No final de 2007, a Lei no 11.638/07 apresentou algumas alterações no conceito de intangível, particularmente no que diz respeito a: quais recursos poderiam ser contabilizados no subgrupo Ativo intangível; a inclusão, nesse subgrupo, do ágio referente à expectativa de rentabilidade futura na aquisição de participações permanentes em outras sociedades (investimento); e o teste de recuperação dos valores registrado nesse subgrupo.



Note que para classificarmos um ativo como intangível, ele deve ter as seguintes características:

- (i) ser identificável (separável e resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais);
- (ii) ser controlado pela empresa; e
- (iii) gerar benefícios econômicos futuros. (CPC, 2010b).

Conforme o inciso VI do art. 179 da Lei nº 6.404/1976, com a redação da Lei no 11.638/2007, são classificados no subgrupo Intangível: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”. (BRASIL, 1976; 2007, grifo nosso).



De acordo com esse texto, dois aspectos merecem destaque:

No que diz respeito às características que o bem deve atender para ser classificado no subgrupo Ativo intangível, vemos que esse deve:

- destinar-se à manutenção das atividades da companhia; e
- configurar-se como um direito que tenha por objeto um bem incorpóreo.

Também corrobora o pronunciamento técnico CPC 04, que conceitua ativo intangível como “um ativo não monetário identificável sem substância física” (CPC, 2010b).

### 3.2 CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Vejamos, a seguir, como as contas representativas do Ativo intangível são posicionadas no Balanço Patrimonial:

**ATIVO**  
**ATIVO NÃO CIRCULANTE**  
**INVESTIMENTOS**  
**ATIVO IMOBILIZADO**  
**ATIVO INTANGÍVEL**  
CUSTO  
Programas de computadores (softwares)  
Marcas de propaganda  
Patentes de fabricação de produtos  
Concessões obtidas de serviços públicos  
Direitos autorais  
Linhas telefônicas  
Ponto comercial  
Direitos de franquia  
Ágio por rentabilidade futura (só no Balanço Consolidado)  
Desenvolvimento  
Direitos Federativos/Passes  
Direitos de exploração de recursos minerais  
Direitos de exploração de recursos florestais  
**AMORTIZAÇÃO ACUMULADA**  
(contas credoras)  
**PERDAS ESTIMADAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL**  
(contas credoras)

Observe que o Ativo intangível registra apenas bens incorpóreos. Sendo assim, apenas será permitida a dedução por meio da conta retificadora chamada de Amortização.

### 3.3 CUSTO DE AQUISIÇÃO

Integra o custo de aquisição dos intangíveis o gasto incorrido na aquisição de tal direito. Adicionalmente, também integram seu custo os gastos com registro de marca, nome e invenções próprias, além de desembolsos a terceiros por contrato de uso de marcas, patentes ou processos de fabricação.

Cumpra salientar que o gasto incorrido apenas integrará o custo se ele for mensurável de forma direta e objetiva e com característica de gerar benefícios incrementais no futuro.

Sendo assim, compõem o custo do direito intangível o valor pago por tal direito e os demais valores desembolsados para que o bem esteja em condições de ser utilizado nas atividades às quais a empresa se destina a fazer.

#### Exemplo 3.1

Suponha que a empresa Beta S/A. (de capital aberto) adquiriu, em 20 de outubro de 20X1, a marca de produtos XXX, tendo pago em moeda corrente a importância de R\$ 30.000,00, sendo R\$ 21.000,00 referente ao custo de aquisição da marca “XXX e R\$ 9.000,00 referente ao seu registro. Observe que a empresa Beta S/A. pretende continuar com a marca XXX no mercado. Com base nessas informações, proceda ao registro contábil dessa transação.

Resolução:

Outubro – Registro da aquisição do direito intangível

D: Marca de produtos xxx (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo intangível – Custo)	
C: Caixa (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)	R\$ 30.000,00



E o que representa o *goodwill*?

Em verdade, ele nada mais é do que expectativa de rentabilidade, isto é, um agregado de benefícios econômicos futuros.



Sintetizando, o *goodwill* é um **conjunto de intangíveis não identificáveis no processo de aquisição** (inclusive a sinergia de ativos e a capacidade de gestão de novos administradores), **para os quais objetivamente não é possível proceder a uma contabilização em separado**. Repetimos que os valores que possam ser vinculados a ativos individualizáveis, identificados e com vida própria, mesmo que intangíveis, devem ser segregados do *goodwill* (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 228, grifo nosso).

### Exemplo 3.2

A companhia Papel Sul S/A. atua no ramo de papel e celulose. Em agosto de 20X1, ela fez aquisição de 100% do capital social da companhia Floresta S/A. Esta possui um valor de ativos líquidos de R\$ 37.000,00 (custo de aquisição), mas a companhia Papel Sul S/A. desembolsou, na operação de aquisição, o valor de R\$ 87.000,00, pago por meio de cheque do Banco Amigo. A companhia Papel Sul S/A. aceita pagar o ágio de R\$ 50.000,00 por acreditar na expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio/*goodwill*) advinda da ampliação dos negócios. Assim, proceda ao registro contábil dessa transação.

Resolução:

Agosto – Registro da aquisição das ações e do *goodwill*

D: Participações em controladas – Empresa Floresta S/A. (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – Valor da Equivalência)	R\$ 37.000,00	
D: Ágio por rentabilidade futura (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Investimentos – Participações permanentes em outras sociedades – Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial)	R\$ 50.000,00	
C: Banco Amigo com movimento (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)		R\$ 87.000,00

Ressalta-se que o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) adquirido em combinação de negócios (ver Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios) deverá ser classificado no balanço individual da sociedade investidora no grupo Investimentos. Apenas no balanço consolidado esse ágio deverá ser classificado para o grupo do Intangível.

### 3.4 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS

De acordo com o inciso VII do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, alterado pela redação da Lei nº 11.638/2007, os elementos classificados no subgrupo Intangível do Ativo não circulante serão avaliados seguindo o seguinte critério:

“Os direitos classificados no intangível, pelo **custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização**”. (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Exemplo 3.3:

Em 01/08/20X1, a companhia Prazer em Comer adquire uma loja para ampliar os seus negócios. Essa transação totalizou R\$ 230.000,00, pagos por meio de cheque do Banco Atende Todos. Sabe-se que o imóvel corresponde a um valor contábil de R\$ 188.000,00, e o ponto comercial da loja está estimado em R\$ 42.000,00. A companhia Prazer em Comer estima que o ponto comercial deva contribuir em termos de fluxo de caixa nos próximos 10 anos. No próprio mês de agosto, a Prazer em Comer já abre a loja nesse estabelecimento adquirido. Sabendo disso, proceda ao registro contábil dessa transação.

Resolução:

Agosto – Registro da aquisição do bem imobilizado e do direito intangível

D: obras Civis (edificações) (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo imobilizado – Bens em operação)	R\$ 188.000,00	
D: Ponto Comercial (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo intangível – Custo)	R\$ 42.000,00	
C: Banco Atende Todos (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)		R\$ 230.000,00



## Dezembro – Cálculo e registro da amortização do Ponto Comercial

D: Amortização (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – de vendas).....	
C: Ponto Comercial – Amortização Acumulada (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo intangível – Amortização acumulada)	R\$ 1.750,00

Adicionalmente, conforme já havíamos visto na Unidade 2 – imobilizado,

3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam: I – registradas as perdas de valor do capital aplicado [...]; ou II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (BRASIL, 2007, grifo nosso).

### Exemplo 3.4:

Em 01/02/20X1, a companhia Viva Bem S/A. adquiriu a de terceiros patente de uma fórmula de um medicamento. A Companhia Viva Bem S/A. estima que a patente deverá gerar receitas por um período de 8 anos. Lamentavelmente, em dezembro de 20X1, a companhia Solução em Medicamentos S/A lança no mercado um remédio capaz de gerar os mesmos benefícios. Nesse momento, na Viva Bem S/A, a conta Patente apresenta um saldo de R\$ 10.000,00 e a amortização acumulada de R\$ 1.250,00. Diante desse fato, a companhia Viva Bem S/A. decide, nessa mesma data, reduzir o preço de seu produto, por acreditar que 60% do saldo a amortizar não será recuperável via venda futura desse produto. Em 31/12/20X1, o saldo da conta Patente da companhia Viva Bem S/A.” é de quanto?

Para resolver essa questão, proceda ao registro contábil dessa transação.

Resolução:

Situação atual das contas do intangível:

<b>Patentes de fabricação de produtos</b>	
<b>Custo</b>	
R\$ 10.000,00	
<b>Amortização acumulada de patentes de fabricação de produtos</b>	
<b>Amortização acumulada</b>	
	R\$ 1.250,00

Valor do bem antes do ajuste ao valor recuperável (*Impairment Test*)

$$= R\$ 10.000,00 - R\$ 1.250,00 = R\$ 8.750,00$$

Como a companhia Viva Bem S/A acredita que não será possível recuperar 60% desse valor via venda futura do produto, nesse momento é possível proceder ao *Impairment Test*.

$$\text{Cálculo do Impairment Test} = R\$ 8.750,00 \times 60\% = R\$ 5.250,00$$

Lançamento para ajuste ao valor recuperável (perdas estimadas):

D: Perda na baixa do Intangível (Demonstração do Resultado do Exercício – Outras receitas e outras despesas – Ganhos e perdas de capital no intangível)	
C: Perdas estimadas por redução ao valor recuperável (Balanço Patrimonial – Ativo não circulante – Ativo intangível)	R\$ 5.250,00

Valor contábil da conta Patentes de fabricação de produtos do subgrupo Intangível após a contabilização das perdas estimadas:

Patentes de fabricação de produtos	R\$ 10.000,00
Amortização acumulada da conta Patentes de fabricação de produtos	(R\$ 1.250,00)
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de ativos	(R\$ 5.250,00)
Valor contábil	R\$ 3.500,00



*Financial Accounting Standards Board* (FASB) – Sigla em inglês que significa Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira, que denomina o órgão responsável por estabelecer os princípios gerais adotados na elaboração de demonstrativos financeiros ou relatórios de empresas nos EUA. *International Accounting Standards Board* (IASB) – é um organismo independente que emite Normas Contábeis e tem base em Londres, no Reino Unido.

Observe que o Brasil adota o critério de avaliação dos intangíveis conforme as práticas internacionais. Para o **FASB e a IASB**, a prática da avaliação do intangível é baseada em sua vida útil: se a vida útil é conhecida e confiavelmente determinada, utiliza-se a abordagem da amortização (*amortization approach*); e se a vida útil não é conhecida, ou sua delimitação é impossível de se obter de modo confiável, utiliza-se a abordagem dos testes de recuperação (*impairment approach*) (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

## RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade, você aprendeu que as contas que integram o subgrupo Intangível são direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia, que devem gerar benefícios econômicos futuros e sobre os quais a entidade detém o controle desses direitos. Além disso, você agora sabe que a conta Ágio, referente à expectativa de rentabilidade futura quando da aquisição de participações permanentes em outras sociedades (investimento), é classificada no Balanço Individual no subgrupo de Investimentos, e no Balanço Consolidado no subgrupo de Intangível. Também sabe quais os gastos que compõem o custo do direito intangível. Ao longo desta Unidade, treinamos os lançamentos contábeis e estruturamos corretamente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.



### Unidade 4

# **PASSIVO CIRCULANTE E PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Nesta unidade temos como objetivo conhecer o Passivo circulante e o Não circulante. Assim, vamos apresentar que característica faz com que uma obrigação seja classificada no grupo do Passivo circulante ou no Passivo não circulante, estudaremos o critério de avaliação dessas contas e exploraremos o subgrupo dos empréstimos e financiamentos e o subgrupo das debêntures. Adiante?!

## 4.1 INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 180 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.941/09, as obrigações da empresa podem ser classificadas no grupo Passivo circulante e/ou no Passivo não circulante, em função de seu prazo de liquidação:

As obrigações da companhia, inclusive os financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do artigo 179 (BRASIL, 2009).

O parágrafo único do artigo 179 da Lei nº 6.404/76 estabelece que: “Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou não circulante terá por base o prazo desse ciclo” (BRASIL, 1976).

Entende-se por:

- **ciclo operacional**, na empresa industrial ou comercial, o período de tempo que vai desde a aquisição das matérias-primas ou das mercadorias até o recebimento do valor das vendas; e
- **exercício social**, na empresa industrial ou comercial, o período de tempo entre a elaboração do Balanço Patrimonial da companhia, conforme sua data-base.



Observe que a prática do ciclo operacional para determinar a classificação da obrigação no passivo circulante ou no não circulante só é válida no caso em que o ciclo operacional da empresa é superior ao exercício social. Isto é, em uma companhia em que o ciclo operacional tenha duração de 18 meses, a classificação das obrigações respeitará o período de 18 meses.



Como normalmente o ciclo operacional da maioria das empresas industriais e comerciais é inferior ao exercício social – período de 1 ano (12 meses) – tem-se adotado o exercício social como parâmetro para a classificação das obrigações no curto e/ou longo prazo.

#### O Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações

**Contábeis** relata, em seu item 69, que um passivo deve ser classificado como circulante quando atender a qualquer dos seguintes critérios:

- a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- c) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; ou
- d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. (CPC, 2011)

Aprovado e tornado obrigatório para as companhias abertas pela Deliberação CVM nº 676/11, e para os profissionais e contabilidade das entidades sem regulação específica pela Resolução CFC 1.376/11.

## 4.2 CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Vejamos como as obrigações representativas do passivo circulante e do passivo não circulante são posicionadas no Balanço Patrimonial:

### **PASSIVO CIRCULANTE**

Empréstimos e financiamentos debêntures

Fornecedores

Obrigações fiscais e outras obrigações

Provisões

### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Empréstimos e financiamentos debêntures

Fornecedores

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Outras obrigações

Provisões

Retenções contratuais

## 4.3 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS

De acordo com o artigo 184 da Lei nº 6.404/76 e com a redação da Lei nº 11.941/09, as obrigações da companhia classificadas no grupo Passivo circulante (PC) e no Passivo não circulante (PNC) serão avaliados pelos seguintes critérios:

I - As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive imposto de renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo **valor atualizado até a data do balanço**;

II - As **obrigações em moeda estrangeira**, com cláusula de paridade cambial, serão **convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço**;

III - As obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não circulante **serão ajustados ao seu valor presente**, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante (BRASIL, 1976; 2009, grifo nosso).

Conforme mencionamos na introdução desta Unidade, exploraremos aqui o subgrupo dos **empréstimos e financiamentos** e o subgrupo das **debêntures**. Iniciaremos, então, com o subgrupo dos empréstimos e financiamentos.

## 4.4 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Conforme Martins et al. (2013, p. 367), “as operações de empréstimos e financiamentos estão atreladas às necessidades de caixa das empresas para a manutenção ou expansão de suas atividades”. Segundo os autores, esse subgrupo abriga as captações de recursos por instituições financeiras que atuam no Brasil ou no exterior para financiar suas atividades, como o capital de giro da empresa e as suas imobilizações.

Sendo assim, as contas dos empréstimos e financiamentos devem ser subdivididas em moeda nacional e em moeda estrangeira, com vistas a determinar as contas sujeitas à atualização por variação monetária (moeda nacional) ou variação cambial (moeda estrangeira).

A seguir, apresentamos um modelo de Plano de Contas referente ao subgrupo Empréstimos e financiamentos.



#### **PASSIVO CIRCULANTE**

Empréstimos e financiamentos.  
Empréstimos e financiamentos a curto prazo  
Em moeda nacional  
Em moeda estrangeira  
Encargos financeiros a transcorrer (conta devedora)  
Juros a pagar de empréstimos e financiamentos

#### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Empréstimos e financiamentos  
Empréstimos e financiamentos a longo prazo  
Em moeda nacional  
Em moeda estrangeira  
Encargos financeiros a transcorrer (conta devedora)  
Juros a pagar de empréstimos e financiamentos

### **4.4.1 CONTABILIZAÇÃO**

A empresa irá registrar o empréstimo ou o financiamento apenas quando receber o recurso contratado, o que na maioria das vezes coincide com a data do contrato. No entanto, no caso de um empréstimo cuja liberação do recurso ocorrerá em diversas parcelas, o registro ocorrerá à medida do recebimento destas.



Não é correto registrar como obrigação as parcelas ainda não recebidas.

#### Exemplo 4.1:

A Companhia Guarda Ouro, em abril de 20X1, solicita a uma instituição financeira estrangeira, o Banco Empresta Tudo, o montante de U\$ 100.000,00, os quais serão liberados em duas parcelas de U\$ 50.000,00 cada. A primeira é liberada no mesmo mês da solicitação, e a segunda, em junho de 20X1. Ambas as parcelas são depositadas em conta corrente da Companhia Guarda Ouro no Banco Empresta Tudo. O empréstimo deverá ser liquidado em uma única parcela, com carência de três anos. Os juros nessa transação são de 12% aa, pagáveis juntamente com a liquidação do empréstimo.

#### Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

Em abril de 20X1, U\$ 1,00 equivalia a R\$ 2,20, e em junho de 20X1, U\$1,00 equivale a R\$ 2,30.

Com essas informações, proceda ao registro contábil do empréstimo obtido.

Resolução:

Abril de 20X1 – Registro da obrigação do empréstimo devido ao recebimento da primeira parcela

$$\begin{array}{lcl} \text{U\$ 1,00} & - & \text{R\$ 2,20} \\ \text{U\$ 50.000,00} & - & \text{x = R\$ 110.000,00} \end{array}$$

D: Banco Empresta Tudo conta movimento (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	
C: Empréstimos e financiamentos a longo Prazo Em moeda estrangeira – Banco Empresta Tudo (Balanço Patrimonial – Passivo não circulante – Empréstimos e financiamentos)	R\$ 110.000,00

Junho de 20X1 – Registro da obrigação do empréstimo devido ao recebimento da segunda e última parcela

$$\begin{array}{lcl} \text{U\$ 1,00} & - & \text{R\$ 2,30} \\ \text{U\$ 50.000,00} & - & \text{x = R\$ 115.000,00} \end{array}$$

D: Banco Empresta Tudo conta movimento (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	
C: Empréstimos e financiamentos a longo prazo em moeda estrangeira – Banco Empresta Tudo (Balanço Patrimonial – Passivo não circulante – Empréstimos e financiamentos)	R\$ 115.000,00

Observe, conforme o exemplo acima, que os contratos de empréstimos e financiamentos estipulam seu valor total, qual será a forma e a época de liberação das parcelas, a existência de juros, a atualização monetária da dívida e a forma de pagamento (a carência, se houver, e as datas de vencimento).



## 4.4.2 VARIAÇÕES MONETÁRIAS

A variação monetária corresponde à atualização da dívida (FERREIRA, 2008). O registro de tal atualização monetária deve ser feito diretamente, a crédito, na conta de Empréstimos ou financiamentos; e a débito da conta Variação monetária no subgrupo Resultado Financeiro Líquido (Despesa operacional), na Demonstração do Resultado do Exercício.

A seguir é apresentado o lançamento contábil que registra a variação monetária.

D: Variação monetária passiva/Variação cambial – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações).....	
C: Empréstimos e financiamentos a curto/longo prazo em moeda nacional/estrangeira (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/Passivo não circulante – Empréstimos e financiamentos)	Rs .....00

Cumpramos esclarecer que a denominação variação monetária passiva é designada para o registro da atualização da dívida quando o pagamento desta for em moeda nacional; já a denominação variação cambial é designada para o registro da atualização da dívida quando o pagamento for em moeda estrangeira.

Na sequência apresentamos o modelo de Plano de Contas referente ao subgrupo Resultado Financeiro Líquido:

**DESPESAS OPERACIONAIS DE VENDAS ADMINISTRATIVAS**

**RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

**Receitas e despesas financeiras**

**Despesas financeiras**

Juros pagos ou incorridos  
Descontos concedidos  
Comissões e despesas bancárias  
Custos de transação  
Variação monetária prefixada de obrigações

**Receitas financeiras**

Juros recebidos ou auferidos  
Receitas de investimentos temporários  
Prêmio de resgate de títulos e debêntures  
Variação monetária prefixada de créditos

**Variações monetárias de obrigações e créditos**

Variação de obrigações  
Variação cambial  
Variação monetária passiva  
Variação de créditos  
Variação cambial  
Variação monetária ativa

**OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Observe que no subgrupo Despesas e receitas financeiras aparece a conta Variação monetária prefixada de obrigações e de créditos. Isso ocorre quando no contrato do empréstimo já estiver fixado o valor/índice, caracterizando, assim, uma despesa/receita, diferentemente das contas Variação monetária passiva/ativa, nas quais o contratante só saberá o valor da atualização da dívida após o período de atualização transcorrido.

Exemplo 4.2:

A Companhia Guarda Ouro, em abril de 20X1, solicita a uma instituição financeira estrangeira, o Banco Empresta Tudo, o montante de U\$ 100.000,00, os quais são liberados no mesmo mês da solicitação por meio de depósito em conta corrente da Companhia Guarda Ouro no Banco Empresta Tudo. O empréstimo deverá ser liquidado em uma única parcela, em doze meses (até abril de 20X2).

Na data de liberação do empréstimo (março de 20X1), U\$ 1,00 equivalia a R\$ 2,20, e em 31/12/20X1, U\$ 1,00 equivale a R\$ 2,40.



Sabendo disso, proceda ao registro contábil do empréstimo obtido e da sua atualização monetária.

Resolução:

Abril de 20X1 – Registro da obrigação do empréstimo devido ao seu recebimento

US\$ 1,00 – R\$ 2,20

US\$ 100.000,00 – x = R\$ 220.000,00

D: Banco Empresta Tudo conta movimento (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	
C: Empréstimos e financiamentos a curto prazo – Em moeda estrangeira – Banco Empresta Tudo (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos)	R\$ 220.000,00

Dezembro de 20X1 – Registro da atualização da dívida

US\$ 1,00 – R\$ 2,40

US\$ 100.000,00 – x = R\$ 240.000,00

Atualização monetária

= R\$ 240.000,00 – R\$ 220.000,00

= R\$ 20.000,00

D: Variação cambial – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações)	
C: Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo – Em moeda estrangeira – Banco Empresta Tudo (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos)	R\$ 20.000,00

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

Situação das contas vinculadas ao empréstimo em 31/12/20X1:

<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
<b>Em moeda estrangeira – Banco Empresta Tudo</b>	
	R\$ 220.000,00
	R\$ 20.000,00
	R\$ 240.000,00
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	
<b>Variações monetárias de obrigações</b>	
<b>Variação cambial</b>	
R\$ 20.000,00	

### 4.4.3 JUROS

Os juros correspondem à remuneração do capital tomado, portanto, classificam-se como uma despesa/receita financeira.

O registro dos juros deve ser feito, a débito, da conta Juros pagos ou incorridos no Resultado Financeiro Líquido (Despesa Operacional), e a crédito, em conta específica – Juros a pagar de Empréstimos e financiamentos – no passivo circulante ou Passivo não circulante.

Observe o lançamento que registra a contabilização dos juros no caso de um empréstimo contraído.

D: Juros pagos ou incorridos – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira).....	
C: Juros a pagar de Empréstimos e financiamentos (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/não circulante – Empréstimos e financiamentos).....	R\$ .....,00



Exemplo 4.3:

A Companhia Guarda Ouro, em abril de 20X1, solicita a uma instituição financeira estrangeira, o Banco Empresta Tudo, o montante de U\$ 100.000,00, os quais são liberados no mesmo mês da solicitação por meio de depósito em conta corrente da Companhia Guarda Ouro no Banco Empresta Tudo. O empréstimo deverá ser liquidado em uma única parcela, em 12 meses (até abril de 20X2). Os juros nessa transação são de 12% ao ano, pagáveis juntamente com a liquidação do empréstimo, embora, conforme contrato, sejam contabilizados a partir do mês da liberação do empréstimo.

Na data de liberação do empréstimo (março de 20X1), U\$ 1,00 equivalia a R\$ 2,20, e em 31/12/20X1, U\$ 1,00 equivale a R\$ 2,40.

Proceda ao registro contábil de dezembro dos juros incorridos, e estruture o Balanço Patrimonial da Companhia Guarda Ouro em 31/12/20X1, referente ao subgrupo Empréstimos e financiamentos.

Resolução:

Como o enunciado do exemplo é o mesmo que o do anterior, apenas com a incorporação dos juros, não iremos contabilizar nem o registro da obrigação do empréstimo (abril de 20X1) nem o registro da atualização da dívida (dezembro de 20X1), pois iremos considera-los já feitos.

Situação das contas vinculadas ao empréstimo em 31/12/20X1, antes do registro dos juros incorridos:

<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
<b>Em moeda estrangeira – Banco Empresta Tudo</b>	
	R\$ 220.000,00
	R\$ 20.000,00
	R\$ 240.000,00
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	
<b>Variações monetárias de obrigações</b>	
<b>Variação cambial</b>	
R\$ 20.000,00	

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

Cálculo dos juros incorridos:

R\$ 240.000,00 x 12% aa = R\$ 28.800,00 x 9 meses (abril a dezembro) = R\$ 21.600,00

12 meses

D: Juros incorridos – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Juros a pagar de Empréstimos e financiamentos (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos).....	R\$ 21.600,00

BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA GUARDA OURO EM 31/12/20X1			
ATIVO	Rs	PASSIVO	Rs
<b>Ativo circulante</b>		<b>Passivo circulante</b>	
		<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
<b>Ativo não circulante</b>		Empréstimos e financiamentos a curto prazo	
Ativo realizável a longo prazo		Em moeda estrangeira	
		Banco Empresta Tudo	240.000,00
		Juros a pagar de empréstimos e financiamentos	21.600,00
Investimentos		<b>Passivo não circulante</b>	
Ativo imobilizado			
Ativo intangível		<b>Patrimônio líquido</b>	
<b>Total</b>		<b>Total</b>	

Neste mesmo exemplo, se os juros fossem pagos mês a mês, o registro contábil, em cada mês seria:

D: Juros pagos – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira).....	
C: Caixa ou Banco (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	R\$ .....,00



#### 4.4.4 ENCARGOS FINANCEIROS (JUROS) A TRANSCORRER

Os encargos financeiros a transcorrer ocorrem quando no contrato do empréstimo já está preestabelecido – em valor prefixado – o montante dos encargos financeiros. Nesses casos, a empresa só receberá o valor líquido do empréstimo, ou seja, o valor do contrato deduzido do valor dos encargos.

Segundo Martins et al. (2013, p.373), “a empresa deve registrar o valor recebido na conta Bancos e o empréstimo total na conta Passivo; os encargos financeiros a transcorrer devem ser debitados em uma conta redutora, denominada Encargos Financeiros a Transcorrer”.

Os encargos financeiros passam a incluir,

além das despesas de juros, todas as despesas (e receitas) incrementais que se originaram da operação de captação, como taxas e comissões, eventuais prêmios recebidos, despesas com intermediários financeiros, com consultores financeiros, com elaboração de projetos, auditores, advogados, escritórios especializados, gráfica, viagens etc. (MARTINS et al. 2013, p. 370).

Apresentamos a seguir o lançamento contábil que registra o empréstimo obtido com encargo financeiro transcorrido. Note que a empresa registra o valor líquido recebido na conta Bancos; a obrigação contraída, na conta de Empréstimos e financiamentos; e os encargos financeiros, em uma conta redutora do passivo.

D: Banco ..... conta movimento (Balanço Patrimonial – Ativo circulante – Disponível)	Rs .....oo	
D: Encargos financeiros a transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/não circulante – Empréstimos e financiamentos)	Rs .....oo	
C: Empréstimos e financiamentos a curto/longo prazo – Em moeda nacional/estrangeira – Banco ..... (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/não circulante – Empréstimos e financiamentos)		Rs .....oo

O valor constante na conta Encargos financeiros a transcorrer deverá ser apropriado para despesas financeiras à medida do tempo transcorrido, conforme lançamento a seguir:

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

D: Juros incorridos (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Encargos financeiros a transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/não circulante – Empréstimos e financiamentos)	Rs .....00

**Lembrete:** Os encargos financeiros devem ser apropriados ao resultado em função do tempo transcorrido (regime de competência), com base no método do custo amortizado (método de juros efetivos).

Esse método utiliza a “taxa interna de retorno (TIR) da operação para apropriação dos encargos financeiros durante o tempo de vigência da operação”. (MARTINS et al. 2013, p. 370).

Nos exemplos que apresentamos neste livro, para facilitar a compreensão, não realizamos o cálculo da TIR.

Exemplo 4.4:

A empresa Europa Importados, em junho de 20X1, solicita a uma instituição financeira nacional, o Banco Omega, o montante de R\$ 500.000,00, os quais são liberados no mesmo mês da solicitação por meio de depósito na conta da empresa Europa Importados. No contrato do empréstimo, estavam estipuladas as condições desse empréstimo, a saber:

- o empréstimo deverá ser liquidado em uma única parcela, em maio de 20X2 (12 meses após a liberação);
- os juros desta transação são de 6% aa, a partir do mês seguinte da liberação do empréstimo. Entretanto, o Banco Omega só libera para a empresa Europa Importados o montante líquido do empréstimo.

Com isso, proceda ao registro contábil do empréstimo obtido e da apropriação das despesas financeiras.



Resolução:

Junho de 20X1 – Registro da obrigação do empréstimo obtido com encargo financeiro transcorrido

Cálculo do valor líquido recebido:

$$\text{R\$ } 500.000,00 \times 6\% \text{ aa} = \text{R\$ } 30.0000,00 \text{ por ano}$$

$$\text{R\$ } 500.000,00 - \text{R\$ } 30.000,00 = \text{R\$ } 470.000,00$$

D: Banco Ômega conta movimento (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	R\$ 470.000,00	
D: Encargos Financeiros a Transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo Circulante – Empréstimos e financiamentos)	R\$ 30.000,00	
C: Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo – Em moeda nacional – Banco Ômega (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e Financiamentos)		R\$ 500.000,00

Julho de 20X1 – Registro da apropriação dos juros incorridos

$$\text{R\$ } 30.000,00 = \text{R\$ } 2.500,00 \text{ por mês} \times 6 \text{ meses (julho a dezembro)} \\ = \text{R\$ } 15.000,00$$

12 meses

D: Juros incorridos (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Encargos Financeiros a Transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e Financiamentos)	R\$ 2.500,00

Agosto de 20X1 – Registro da apropriação dos juros incorridos

D: Juros incorridos (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas Operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Encargos Financeiros a Transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos)	R\$ 2.500,00

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

Setembro de 20X1 – Registro da apropriação dos juros incorridos

D: Juros incorridos (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Encargos Financeiros a Transcorrer (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Empréstimos e financiamentos)	R\$ 2.500,00

... e assim sucessivamente

Situação das contas, vinculadas ao empréstimo, em 31/12/20xx:

<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
<b>Em moeda estrangeira – Banco Omega</b>	
	R\$ 500.000,00
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
<b>Disponível</b>	
<b>Banco Omega conta movimento</b>	
	R\$ 470.000,00

PASSIVO CIRCULANTE		RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
Empréstimos e financiamentos		Despesa financeira
Encargos financeiros a transcorrer		Juros incorridos
R\$ 30.000,00	R\$ 2.500,00 – Jul	R\$ 2.500,00 - Jul. –
	R\$ 2.500,00 – Ago	R\$ 2.500,00 - Ago.
	R\$ 2.500,00 – Set	R\$ 2.500,00 - Set
	R\$ 2.500,00 – Out	R\$ 2.500,00 - Out.
	R\$ 2.500,00 – Nov	R\$ 2.500,00 - Nov
	R\$ 2.500,00 – Dez	R\$ 2.500,00 - Dez
R\$ 15.000,00		R\$ 15.000,00



## 4.5 DEBÊNTURES

As debêntures são títulos que fornecem à companhia recursos para financiar suas atividades.

Esses títulos são emitidos pela própria companhia e devem conter informações tais como: quais os direitos conferidos pelos títulos, qual o montante da emissão e a quantidade de títulos, a datas de emissão, a data de resgate dos títulos e as condições de remuneração, juros e prêmios.

Debênture é um título de dívida, de médio e longo prazo, que confere a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Quem investe em debêntures se torna credor dessas companhias. No Brasil, as debêntures constituem uma das formas mais antigas de captação de recursos por meio de títulos. Todas as características desse investimento, como prazo, remuneração etc., são definidas na escritura de emissão. (BM&FBOVESPA, 2014)

A seguir, apresentamos um modelo de Plano de Contas referente ao subgrupo Debêntures.

### PASSIVO

#### PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos.

Debêntures

convertíveis em ações

não convertíveis em ações

Prêmio na emissão de debêntures a apropriar

Custos de transação a apropriar (conta devedora)

Juros e participações

#### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos.

Debêntures

convertíveis em ações

não convertíveis em ações

Prêmio na emissão de debêntures a apropriar

Custos de transação a apropriar (conta devedora)

Juros e participações

### 4.5.1 CONVERSÍVEIS/NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

A companhia emissora das debêntures pode criar, como atrativo para o investidor, a possibilidade de esses títulos serem trocados por ações da companhia.

Segundo Martins et al. (2013, p.378), “com esse tipo de título, o investidor adquire a opção de receber, por ocasião do vencimento, o valor da debênture ou, na época estabelecida para conversão, ações da companhia”.

As condições de emissão de debêntures são decididas em assembleia geral de acionistas ou em reunião do conselho de administração da companhia emissora. A empresa deve escolher uma instituição financeira para coordenar todo o processo de emissão (ANDIMA; ABRASCA, 2008).

Caso, na data do vencimento – resgate das debêntures –, os títulos forem convertidos em ações, a companhia efetuará o seguinte lançamento contábil:

C: Debêntures – Empresa ... (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/não circulante – Debêntures – conversíveis em ações)	
C: capital social (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido)	Rs .....oo

### 4.5.2 REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Segundo Martins et al. (2013, p.378),

[a]s debêntures, geralmente, concedem juros, fixos ou variáveis, pagos periodicamente, e atualização monetária a ser amortizada juntamente com o valor do título, por ocasião de seu vencimento. Ainda poderão conceder participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso.

Como vimos no modelo de Plano de Contas, está prevista a conta Juros e participações” tanto no Passivo circulante como no não circulante.

Os juros devem ser registrados pelo tempo transcorrido, conforme lançamento a seguir:



D: Juros pagos – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Caixa ou Banco (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	R\$ .....,00

A atualização monetária deve ser registrada conforme lançamento a seguir:

D: Variação monetária prefixada de obrigações (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras)..... OU D: Variação monetária passiva (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações).....	
C: Debêntures – Empresa ... (Balanço Patrimonial – Passivo circulante / não circulante – Debêntures – Conversíveis (ou não) em ações).....	R\$ .....,00

As participações no lucro do exercício devem ser registradas no próprio ano conforme lançamento a seguir:

D: Participação a Debenturistas (Demonstração do Resultado do Exercício – Participações e contribuições)	
C: Debêntures – Empresa ..... (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – Juros e participações)	R\$ .....,00

#### Exemplo 4.5:

A companhia Crista S/A, em 01/11/20X1, emite 8.000 debêntures no valor nominal de R\$ 2,00 por título. Todas as debêntures foram vendidas à vista, em moeda corrente, para a empresa Investe em Tudo S/A. O vencimento desses títulos é para 01/11/20X2.

Estas debêntures conferem a seus titulares:

- direito a participação anual no lucro da companhia Crista S/A, a razão de 3% até a sua liquidação;
- atualização monetária prefixada a partir do mês de compra das debêntures de 1% ao mês (am) paga juntamente com o resgate das debêntures; e
- a possibilidade da conversão desses títulos por ações, por ocasião de seu vencimento.

Dados adicionais:

- O lucro bruto do Exercício de 20X1 da companhia Crista S/A é de R\$ 15.000,00.



Devemos resolver o exercício e os seus respectivos ajustes mês a mês. Vamos contabilizar as transações e apresentar o grupo da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial da companhia Crista S/A em 31/12/20X1 afetado por essa transação. Observe.

Resolução:

Novembro de 20X1 – Registro da venda das debêntures e da atualização da dívida

$$8.000 \text{ debêntures} \times \text{R\$ } 2,00 = \text{R\$ } 16.000,00$$

D: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	
C: Debêntures – Empresa Investe em Tudo S/A (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – conversíveis em ações).....	R\$ 16.000,00

$$\text{R\$ } 16.000 \times 1\% \text{ am} = \text{R\$ } 160,00$$

D: Variação monetária prefixada de obrigações (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras)	
C: Debêntures – Empresa Investe em Tudo S/A (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – conversíveis em ações)	R\$ 160,00

Dezembro de 20X1 – Registro da atualização da dívida, apuração do lucro líquido do exercício para cálculo e registro da participação

$$\text{Atualização monetária} = \text{R\$ } 16.000,00 + \text{R\$ } 160,00 = \text{R\$ } 16.160,00$$

$$\text{R\$ } 16.160 \times 1\% \text{ am} = \text{R\$ } 161,60$$



D: Variação monetária prefixada de obrigações (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras)	
C: Debêntures – Empresa Investe em Tudo S/A (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – conversíveis em ações)	R\$ 161,60

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA CRISTA S/A REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 20X1</b>	
Receita bruta de vendas ou serviços	
(-) Custo das mercadorias vendidas ou serviços prestados	
(=) Resultado operacional bruto	R\$ 15.000,00
(-) Despesas operacionais	
De vendas	
Administrativas	
Resultado Financeiro Líquido	
Receita e despesa financeira	
Despesas financeiras	
Variação monetária prefixada de obrigações	(R\$ 321,60)
Receitas financeiras	
Variações monetárias de obrigações e créditos	
(=) Resultado Operacional Líquido	R\$ 14.678,40
(=) lucro líquido do Exercício antes das participações(+/-) resultados não operacionais	R\$ 14.678,40
(=) lucro líquido do Exercício antes das participações	R\$ 14.678,40

$R\$ 14.678,40 \times 3\% \text{ aa} = R\$ 440,35 \times 2 \text{ meses (novembro e dezembro)} = R\$ 73,40$

12 meses

D: Participação a Debenturistas (Demonstração do Resultado do Exercício – Participações e contribuições)	
C: Debêntures – Empresa Investe em Tudo S/A (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – Juros e participações)	R\$ 73,40

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA CRISTA S/A EM 31/12/20X1			
Ativo	Rs	Passivo	Rs
Ativo circulante		Passivo circulante	
		Empréstimos e financiamentos	
		Debêntures	
Ativo não circulante		conversíveis em ações	
		Empresa Investe em Tudo	16.321,60
		Juros e participações	
		Empresa Investe em Tudo	73,40
Ativo realizável a LP			
Investimentos		Passivo não circulante	
Ativo imobilizado			
Ativo intangível		Patrimônio líquido	
Total		Total	

A companhia pode ainda emitir debêntures com **prêmio** de reembolso. A questão é que existe uma terminologia específica para esses valores adicionais “cobrados”: prêmio para debêntures e ágio para ações.

O prêmio é um valor adicional que os investidores estão dispostos a pagar, ou seja, é similar ao ágio na emissão de ações/quotas do capital social.

Após as alterações na lei das Sociedades Anônimas (S/A), os prêmios serão registrados em conta de passivo, para apropriação ao resultado ao longo da vida das debêntures.

Os prêmios na emissão de debêntures devem ser acrescidos ao valor justo inicialmente reconhecido na emissão, para evidenciação do valor líquido recebido, e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. (MARTINS *et al.* 2013, p.379)

### Exemplo 4.6:

A companhia Beta S/A, em maio de 20X1, emite 50.000 debêntures, não conversíveis em ações no valor nominal de R\$ 2,00, com prêmio de R\$ 0,50 por título. Todas as debêntures foram vendidas à vista, em moeda corrente, para a Empresa 1. O vencimento desses títulos é para maio de 20X2.

Registro da venda das debêntures com prêmio:

50.000 debêntures x R\$ 2,00 = R\$ 100.000,00

50.000 debêntures x R\$ 0,50 = R\$ 25.000,00

Total R\$ 125.000,00



D: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	R\$ 125.000,00	
C: Debêntures – Empresa 1 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)		R\$ 100.000,00
C: Prêmio na emissão de debêntures a apropriar (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/não circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)		R\$ 25.000,00

O valor do prêmio será apropriado ao resultado em função do prazo das debêntures, conforme lançamento a seguir:

D: Prêmio na emissão de debêntures a apropriar (Balanço Patrimonial – Passivo circulante/ não circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)		
C: Prêmio de resgate de títulos e debêntures (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Amortização de prêmio)		R\$ .....00



Lembre-se: para a determinar o valor do prêmio a ser apropriado em cada período, devemos calcular a TIR, conforme apontam Martins et al. (2013). Nos exemplos apresentados neste livro, para facilitar a compreensão, esse cálculo não foi realizado.

### 4.5.3 GASTOS COM COLOCAÇÃO

Conforme já mencionamos, as companhias contratam uma instituição financeira para coordenar todo o processo de divulgação e captação de recursos. Naturalmente, essas instituições financeiras cobram um valor para prestar esse serviço, que é para a companhia emissora considerado um “gasto de colocação”.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 08 – Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários – e também pela Resolução do CFC nº 1.313/10, o item 13 determina:

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimo, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) devem ser contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciar o valor líquido recebido.

Note que o custo de captação será lançado em conta redutora no Passivo, e sua transferência será realizada mensalmente até o vencimento da obrigação principal.

Exemplo 4.7:

A companhia Beta S/A, em setembro de 20X1, emite 50.000 debêntures, não conversíveis em ações no valor nominal de R\$ 2,00. Para possibilitar a colocação dessas debêntures no mercado, a companhia Beta S/A contrata em setembro de 20X1, uma instituição para coordenar o processo de divulgação e captação de recursos que cobra R\$5.000,00, no ato, em moeda corrente.

Reiteramos que para determinar o valor do prêmio a ser apropriado em cada período, devemos calcular a Taxa Interna de Retorno, conforme nos mostram Martins et al. (2013). Nos exemplos apresentados neste livro, para facilitar a compreensão, não foi realizado o cálculo da TIR.

Essas debêntures conferem a seus titulares:

- a atualização monetária paga juntamente com o resgate das debêntures; e
- o recebimento mensal de juros de 0,5% am, em moeda corrente, a partir do mês de venda das debêntures.

As debêntures foram vendidas nas seguintes condições:

- 31 de outubro de 20X1 – 30.000 debêntures, à vista, em moeda corrente, com vencimento para 12 meses (Empresa 1); e
- novembro de 20X1 – 20.000 debêntures, à vista, em moeda corrente, com vencimento para 12 meses (Empresa 2).



Dados adicionais:

O índice de inflação informado pelo governo foi de 1% am para todos os meses do ano.

Pede-se:

Contabilize essas transações e apresente o grupo Despesas operacionais da Demonstração do Resultado do Exercício e do ativo circulante e passivo circulante de Balanço Patrimonial da companhia Beta S/A em 31/12/20X1. Resolva o exercício e seus respectivos ajustes, mês a mês.

Resolução:

Setembro de 20X1 – Registro do valor pago a instituição para coordenar o processo de divulgação das debêntures

D: Custos de transação a apropriar (conta devedora) (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)	
C: Caixa (Balanço Patrimonial– ativo circulante – Disponível)	R\$ 5.000,00

Outubro de 20X1 – Registro da venda das debêntures para Empresa 1, da atualização da dívida, do pagamento dos juros e da apropriação do gastos de colocação ao resultado

$$30.000 \text{ debêntures} \times \text{R\$ } 2,00 = \text{R\$ } 60.000,00$$

D: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível )	
C: Debêntures – Empresa 1 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)	R\$ 60.000,00

$$\text{R\$ } 60.000,00 \times 1\% \text{ am} = \text{R\$ } 600,00$$

D: Variação monetária passiva (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações)	
C: Debêntures – Empresa 1 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações).....	R\$ 600,00

$$\text{R\$ } 60.600,00 \times 0,5\% \text{ am} = \text{R\$ } 303,00$$

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

D: Juros pagos – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	R\$ 303,00

$$\text{R\$ } 5.000,00 \times 30.000 \text{ debêntures} = \text{R\$ } 3.000,00 = 250,00$$

50.000 debêntures – 12 meses

D: Custos de transação (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesas financeiras)	
C: Custos de transação a apropriar – Empresa 1 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – Não conversíveis em ações)	R\$ 250,00

Novembro de 20X1 – Registro da venda das debêntures para Empresa 2, da atualização das dívidas com as debêntures, do pagamento dos juros (Empresas 1 e 2) e da apropriação dos custos de transação

$$20.000 \text{ debêntures} \times \text{R\$ } 2,00 = \text{R\$ } 40.000,00$$

D: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível )	
C: Debêntures – Empresa 2 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações).....	R\$ 40.000,00

$$\text{R\$ } 60.600,00 \times 1\% \text{ am} = \text{R\$ } 606,00$$

D: Variação monetária passiva (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas Operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações)	
C: Debêntures – Empresa 1 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)	R\$ 606,00

$$\text{R\$ } 40.000,00 \times 1\% \text{ am} = \text{R\$ } 400,00$$

D: Variação monetária passiva (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas Operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações)	
C: Debêntures – Empresa 2 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)	R\$ 400,00

$$\text{R\$ } 61.206,00 \times 0,5\% \text{ am} = \text{R\$ } 306,00$$

$$\text{R\$ } 40.400,00 \times 0,5\% \text{ am} = \text{R\$ } 202,00$$



D: Juros pagos (Empresa 1 e 2) – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas Operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e Despesas financeiras – Despesa financeira)	
C: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	R\$ 508,00

$$\text{R\$ } 5.000,00 \times 20.000 \text{ debêntures} = \text{R\$ } 2.000,00 = 166,67$$

50.000 debêntures – 12 meses

Empresa 1 = R\$ 250,00

Empresa 2 = R\$ 166,67

Total = R\$ 416,57

D: Custos de transação (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e Despesas financeiras – Despesas financeiras)	
C: Custos de transação a apropriar – Empresas 1 e 2 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)	R\$ 416,67

Dezembro de 20X1 – Registro da atualização das dívidas com as debêntures, do pagamento dos juros (Empresas 1 e 2) e da apropriação dos gastos de colocação ao resultado

$$\text{R\$ } 61.206,00 \times 1\% \text{ am} = \text{R\$ } 612,00$$

D: Variação monetária passiva (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas Operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações)	
C: Debêntures – Empresa 1 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)	R\$ 612,00

$$\text{R\$ } 40.400,00 \times 1\% \text{ am} = \text{R\$ } 404,00$$

D: Variação monetária passiva (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas Operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Variações monetárias de obrigações)	
C: Debêntures – Empresa 2 (Balanço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações).....	R\$ 404,00

$$\text{R\$ } 61.818,06 \times 0,5\% \text{ am} = \text{R\$ } 309,09$$

$$\text{R\$ } 40.804,00 \times 0,5\% \text{ am} = \text{R\$ } 204,02$$

## Unidade 4 - Passivo circulante e passivo não circulante

D: Juros pagos (Empresa 1 e 2) – (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesa Financeira)	
C: Caixa (Balço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	R\$ 513,11

D: Custos de transação (Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas e despesas financeiras – Despesas financeiras)	
C: Custos de transação a apropriar – Empresas 1 e 2 (Balço Patrimonial – Passivo circulante – Debêntures – não conversíveis em ações)	R\$ 416,67

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA BETA S/A</b>	
<b>REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 20X1</b>	
Receita bruta de vendas ou de serviços	
(-) Custo das Mercadorias Vendidas ou Serviços Prestados	
(=) Resultado operacional bruto	
(-) Despesas Operacionais	
De vendas	
Administrativas	
Resultado Financeiro Líquido	
Receita e despesa financeira	
Despesas financeiras	
Juros pagos	(R\$ 1.324,14)
Custos de transação	(R\$ 1.083,33)
Receitas financeiras	
Variações monetárias de obrigações e de Créditos	
Variação monetária Passiva	(R\$ 2.622,06)
(+) Outras receitas operacionais	
.....	
(=) lucro líquido do Exercício	



BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA BETA S/A FINDO EM 31/12/20X1			
Ativo	Rs	Passivo	Rs
Ativo circulante		Passivo circulante	
		Empréstimos e financiamentos	
		não conversíveis em ações	
		Empresa 1	61.818,06
Ativo não circulante		Empresa 2	40.804,00
		Custos de transação a apropriar	3.916,67
Ativo realizável a LP			
Investimentos		Passivo não circulante	
Ativo imobilizado			
Ativo intangível		Patrimônio líquido	
Total		Total	

## RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade, você aprendeu que a classificação das obrigações da empresa, no grupo Passivo circulante (PC) e no Passivo não circulante (PNC) será em função de seu prazo de liquidação. Você também aprendeu os critérios de avaliação do PC e do PNC. Dentre os subgrupos que compõem o PC e o PNC, estudamos os subgrupos empréstimos e financiamentos e debêntures.

No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos, você aprendeu que essa obrigação pode ser contraída em moeda nacional e em moeda estrangeira, pode estar sujeita a juros e a atualização por variação monetária (moeda nacional) ou variação cambial (moeda estrangeira).

Vimos ainda que as debêntures são títulos que fornecem à companhia recursos para financiar suas atividades. Eles podem, posteriormente, ser convertidos em ações da companhia, estar sujeitos à remuneração, juros e prêmios, oferecer participação no lucro da companhia, e a companhia pode ainda ter de arcar com gastos para colocá-los no mercado.

Apresentamos todos esses conteúdos registrando os lançamentos contábeis e estruturando o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.



## Unidade 5

# PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nesta última unidade, temos como objetivo apresentar os grupos que compõem o Patrimônio Líquido e qual a função de cada um deles.

---

## 5.1 INTRODUÇÃO

Segundo Martins et al. (2013), o Patrimônio Líquido representa a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com a nova redação dada pela Lei nº 11.638/07, o Patrimônio Líquido é composto por seis grupos, quais sejam:

- capital social: representa valores recebidos pela empresa ou por ela gerados e que estão formalmente incorporados ao capital;
- reservas de capital: representam valores recebidos que não transitaram por seu resultado como receitas;
- ajustes de avaliação patrimonial: representam as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores do ativo e do passivo decorrentes de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em observância ao regime de competência;
- reservas de lucros: representam lucros obtidos pela mesma empresa e retidos com finalidade específica;
- ações em tesouraria: é uma conta redutora do patrimônio líquido em que se registra a origem dos recursos aplicados na sua aquisição; e
- prejuízos acumulados: são resultados obtidos à espera de absorção futura.



Observe que a Lei nº 6.404/76 em seu art. 202 § 6º, com redação dada pela Lei nº 10.303/01, determina que os lucros apurados em um dado exercício sejam obrigatoriamente destinados para uma das reservas previstas em lei, não podendo haver retenção indiscriminada em rubrica de lucros acumulados.



Sendo assim, o lucro do exercício que não for destinado para reservas previstas – reserva legal, reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, reserva para retenção de lucros e reserva de lucros a realizar – deverá ser distribuído a títulos de dividendos.



### SAIBA MAIS

Você pode consultar a Lei nº 10.303/01 no site: <http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/lei10303.asp>.

## 5.2 CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Vejamos como as contas representativas do grupo do Patrimônio Líquido são posicionadas no Balanço Patrimonial:

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social  
Capital subscrito  
Capital a integralizar (conta devedora)  
Reservas de capital  
Ágio na emissão de ações  
Alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição  
Ajustes de avaliação patrimonial  
Aplicações financeiras  
Reestruturação societária (incorporação, fusão, cisão)  
Reservas de lucros  
Reserva legal  
Reserva estatutária  
Reserva para contingências  
Reserva para retenção de lucros  
Reserva de lucros a realizar  
Ações em tesouraria  
Prejuízos acumulados

É importante que você se lembre de que as sociedades anônimas não podem apresentar lucros acumulados em seus balanços, obrigando-se à destina-

ção completa de seus resultados positivos, diferente das demais sociedades, que poderão manter lucros acumulados.

## 5.3 FUNÇÃO DOS GRUPOS

A seguir, estudaremos brevemente cada um dos grupos que formam o Patrimônio Líquido.

### 5.3.1 CAPITAL SOCIAL

Segundo Martins et al. (2013, p.412), “[o] investimento efetuado na companhia pelos acionistas é representado pelo capital social”. O valor que deve aparecer nesse grupo é o valor efetivamente integralizado pelos acionistas, ou seja, o valor do capital realizado. Sendo assim, o grupo do capital social discriminará o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

As sociedades anônimas têm o capital social dividido em ações. Sendo assim, a menor fração em que se divide o capital social é a ação. Esta possui um valor nominal, cujo somatório resulta no valor do capital social.

### 5.3.2 RESERVAS DE CAPITAL

Segundo Martins et al. (2013, p.416),

as Reservas de Capital são constituídas com valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.



Sendo assim, são ganhos obtidos pela companhia sem representarem esforço efetivado na realização de receitas pela empresa. Como exemplos dessa situação, temos:

- o ágio na emissão de ações; e
- o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.

#### Exemplo 5.1:

Em março de 20X1, por deliberação da assembleia, a companhia Alfa S/A aumentará seu capital com a emissão de 50.000 ações. As ações foram colocadas à venda por R\$ 1,30 e todas foram vendidas à vista em moeda corrente. O capital social da companhia Alfa S/A é formado por ações ao valor nominal de R\$ 1,00.

Com base nessas informações, proceda ao registro contábil do aumento de capital social da companhia Alfa S/A. e ao da venda das ações.

#### Resolução:

Março de 20X1 – Registro do aumento de capital social, por meio de emissão e venda das ações com ágio

Na conta Capital social: 50.000 de ações a R\$ 1,00 R\$ 50.000,00

Na conta Reserva de capital – Ágio na emissão de ações:

50.000 ações a R\$ 0,30 R\$ 15.000,00

Total recebido pela companhia Alfa S/A R\$ 65.000,00

D: Capital a Integralizar (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – capital social)	
C: Reestruturação Societária – Incorporação da Companhia Beta S/A (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – capital social)	R\$ 50.000,00

Exemplo 5.2:

Em março de 20X1 a companhia Alfa S/A. vende partes beneficiárias, à vista, em moeda corrente, no valor de R\$ 20.000,00.

Proceda ao registro contábil da alienação das **partes beneficiárias**.

Resolução:

Março de 20X1 – Registro da alienação de partes beneficiárias

D: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)	
C: Alienação de partes beneficiárias (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Reservas de Capital)	R\$ 20.000,00

Partes beneficiárias são títulos negociáveis, sem valor nominal, emitidos por sociedades anônimas de capital fechado. Esses títulos conferem a seus titulares o direito na participação nos lucros da companhia (similar às debêntures), caso ela apure lucro. Sendo assim, configura-se como um crédito eventual, pois só ocorrerá na apuração de lucro.

As reservas de capital, conforme o art. 200 da Lei nº 6.404/76, somente podem ser utilizadas para:

- I - absorção de prejuízos que ultrapassem as reservas de lucros;
- II - resgate, reembolso ou compra de ações;
- III - resgate de partes beneficiárias;
- IV - incorporação ao capital Social;
- V - pagamento de dividendo e ações preferenciais. (BRASIL, 1976)

Exemplo 5.3:

Suponha que a companhia Alfa S/A., durante o exercício de 20X1, tenha apurado um prejuízo no valor de R\$ 80.000,00.

Nessa mesma data, antes da compensação do prejuízo, apresenta a seguinte situação no Patrimônio Líquido:



<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Rs</b>
Capital social	
Capital realizado	2.000.000,00
Reservas de capital	
Ágio na emissão de ações	40.000,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00
Reservas de lucros	
Reserva legal	70.000,00
Ações em tesouraria	0,00
Total	2.110.000,00

Proceda ao registro contábil de compensação do prejuízo da companhia Alfa S/A. referente ao exercício de 20X1.

Resolução:

Dezembro de 20X1 – Registro de compensação do prejuízo

D: Reserva legal (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Reservas de Lucros)	Rs 70.000,00	
D: Ágio na emissão de ações (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Reservas de Capital)	Rs 10.000,00	
C: Prejuízo acumulado (Apuração do Resultado de Exercício)		Rs 80.000,00

Após a compensação do prejuízo, o Patrimônio Líquido da companhia Alfa S/A. estaria assim representado:

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Rs</b>
Capital social	
Capital realizado	2.000.000,00
Reservas de capital	
Ágio na emissão de ações	30.000,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00
Reservas de lucros	
Reserva legal	0,00
Ações em tesouraria	0,00
Total	2.030.000,00

### 5.3.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

De acordo com a Lei nº 11.941/09, em seu art. 182 § 3o,

serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (BRASIL, 2009).

Como exemplos dos casos em que ocorrerá a necessidade do ajuste a valor justo, citam-se as variações de valor justo dos instrumentos financeiros, quando destinados à venda futura, e as diferenças no valor de ativos e passivos avaliados a valor justo nas reorganizações societárias.

Exemplo 5.4:

Em março de 20X1, a companhia Alfa S/A. adquire 100% do capital social da companhia Beta S/A. Sendo assim, a Alfa S/A. incorpora a Beta S/A. Na data da incorporação, verificou-se a seguinte situação dos ativos e passivos da companhia Beta S/A:

VALORES CONTÁBEIS REGISTRADOS NA COMPANHIA BETA S/A NO BALANÇO PATRIMONIAL		AJUSTES DE AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO PATRIMONIAL (AAP)	
ATIVOS	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.800.000,00	R\$ 500.000,00
PASSIVOS	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00

Reorganização societária pode ser realizada por meio de cisão, fusão ou incorporação de empresas. "A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de fusão, incorporação e cisão que envolvam companhia aberta" (BRASIL, 2009).

Sabe-se que a diferença de R\$ 500.000,00 no ativo é proveniente das edificações.

Observe que no caso de incorporação só são avaliados a preço de mercado os ativos e os passivos da sociedade a ser incorporada.

Com essas informações, proceda ao registro contábil do ajuste a valor justo dos ativos e dos passivos da companhia Beta S/A.



Resolução:

Março de 20X1 – Registro, por parte da companhia Alfa S/A., do AAP

D: Edificações (Balanço Patrimonial – Ativo Permanente – imobilizado – Bens em Operação).....	
C: Reestruturação Societária – Incorporação da Companhia Beta S/A (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Ajustes de Avaliação Patrimonial).....	R\$ 500.000,00

Avaliações de instrumentos (aplicações) financeiros:

Conforme o Inciso I do caput do art. 183 da Lei das S/A, alterada pelas Leis nº 11.638/7 e no 11.941/09:

As aplicações em instrumentos financeiros, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, serão contabilizadas pelo seu valor justo quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros ativos disponíveis para venda são instrumentos de capital (participações societárias) e instrumentos de dívida (títulos); ou seja, são ativos cujo objetivo da organização, no momento da aquisição, é sua venda; sendo assim, não são considerados títulos que a organização vai manter até seu vencimento.

Esses ativos serão avaliados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado.

Os rendimentos são tratados como receita financeira na Demonstração do Resultado do Exercício e o ajuste a valor de mercado é registrado diretamente no Patrimônio Líquido (grupos Ajuste de Avaliação Patrimonial).

Exemplo 5.5:

Em março de 20X1, a companhia Alfa S/A adquire títulos a vista, em moeda corrente, por R\$ 5.000,00, com vencimento para março de 20X3. Esses títulos geram um rendimento mensal de R\$ 50,00, a partir do mês seguinte à compra. Os administradores da companhia Alfa S/A têm a intenção de vender esses títulos em 20X2.

Em 31 de dezembro de 20X1, o valor justo desses títulos é de R\$ 6.000,00.

Com base nessas informações, proceda ao registro contábil da aquisição dos títulos, dos rendimentos e do ajuste a valor justo.

Resolução:

Março de 20X1 – Registro, por parte da companhia Alfa S/A., da aquisição dos títulos

D: Títulos para venda (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Investimentos Temporários)		
C: Caixa (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Disponível)		

Dezembro de 20X1 – Registro dos rendimentos dos títulos

D: Títulos para venda (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Investimentos Temporários)		
C: Receita sobre investimentos temporários ( Demonstração do Resultado do Exercício – Despesas operacionais – Resultado Financeiro Líquido – Receitas financeiras)		R\$ 450,00

Dezembro de 20X1 – Registro do ajuste ao valor de mercado – AAP

$$R\$ 6.000,00 - (R\$ 450,00) = R\$ 550,00$$

D: Títulos para venda (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Investimentos Temporários)		
C: Instrumentos Financeiros ativos disponíveis para venda (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Ajustes de Avaliação Patrimonial)		R\$ 550,00

$$AC - \text{Investimentos temporários} - \text{Títulos para venda} = 5.000 + 450 + 550 = 6.000$$

$$DRE - \text{Receitas financeiras} - \text{Receita sem investimentos temporários} = 450$$

$$PL - \text{Ajuste de avaliação patrimonial} - \text{Instrumentos financeiros ativos disponíveis para venda} = 550$$

Consideramos aqui os mesmos dados do exemplo anterior, apenas com a alteração de que o valor justo dos títulos é de R\$ 5.200,00, em 31 de dezembro de 20X1. Com isso, proceda ao registro contábil da aquisição dos títulos, dos rendimentos e do ajuste ao valor justo.



Resolução:

Março de 20X1 – Registro, por parte da companhia Alfa S/A. da aquisição dos títulos (idêntico ao exemplo anterior)

Dezembro de 20X1 – Registro dos rendimentos dos títulos (idêntico ao exemplo anterior)

Dezembro de 20X1 – Registro do ajuste a valor justo – AAP R\$ 5.200,00 – (R\$ 5.000,00 + R\$ 450,00) = R\$ 250,00

D: Instrumentos financeiros ativos disponíveis para venda (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – AAPL)	
C: Títulos para venda (Balanço Patrimonial – ativo circulante – Investimentos Temporários)	R\$ 250,00

AC – Investimentos temporários – Títulos para venda = 5.000 + 450 - 250 = 5.200

DRE – Receitas financeiras – Receita sem investimentos temporários = 450

PL – Ajuste de avaliação patrimonial – Instrumentos financeiros ativos disponíveis para venda = 250,00.

### 5.3.4 RESERVAS DE LUCROS

Segundo Martins et al. (2013), as contas que compõem as reservas de lucros são aquelas constituídas pela apropriação de lucros auferidos pela companhia. De forma resumida, apresentaremos agora cada uma das reservas de lucros.



Observe que segundo o art. 199 da Lei nº 11.638/07 o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

**RESERVA LEGAL:** De acordo com o § 2º do art. 193 da Lei nº 6.404/76, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Deverá ser constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação. Será constituída obrigatoriamente pela companhia até que seu valor atinja 20% do capital social, ou quando acrescido do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Observe que caso a companhia possua prejuízos acumulados, a reserva legal só pode ser constituída após a compensação desse prejuízo.

Exemplo 5.6:

Suponha que a companhia Alfa S/A, durante o exercício de 20X1, tenha apurado um lucro no valor de R\$ 80.000,00. Entretanto, antes da constituição da reserva legal, verifica a existência de saldo na conta Prejuízos acumulados, conforme Patrimônio Líquido a seguir:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Rs
Capital social	
Capital realizado	2.000.000,00
Reservas de capital	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00
Reservas de lucros	0,00
Ações em tesouraria	0,00
Prejuízos acumulados	(30.000,00)
Total	1.970.000,00

Proceda ao registro contábil de compensação do prejuízo da companhia Alfa S/A. e constitua a reserva legal.

Resolução:

Dezembro de 20X1 – Registro de compensação do prejuízo

D: lucro do Exercício (Apuração do Resultado do Exercício)		
C: Prejuízo acumulado (Balanco Patrimonial – Patrimônio Líquido)		Rs 30.000,00



Constituição da reserva legal:

$$R\$ 50.000,00 \times 5\% = R\$ 2.500,00$$

D: lucro do Exercício (Apuração do Resultado do Exercício)	
C: Reserva legal (Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Reservas de lucros)	R\$ 2.500,00

**RESERVA ESTATUTÁRIA:** De acordo com o art. 194 da Lei nº 6.404/76, a companhia pode constituir a reserva estatutária por determinação do seu estatuto, desde que neste estejam estabelecidos:

- a finalidade da reserva de modo preciso e completo;
- os critérios para determinar a parcela anual do lucro líquido a ser utilizada; e
- o limite máximo da reserva.

**RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS:** De acordo com o art. 195. da Lei nº 6.404/76, a companhia, em assembleia geral, pode destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e cujo valor possa ser estimado. Para tal, os órgãos da administração devem indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

**RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS:** De acordo com o art. 195-A, incluído pela Lei nº 11.638/07, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. No caso de a doação ser de bem não numerário, o registro será feito pelo valor justo.

Observe, entretanto, que em relação a esse tipo de reserva, a partir do exercício social de 2008, conforme Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as doações e subvenções recebidas pela companhia deverão transitar por resultado e a contabilidade deverá efetuar o seu registro levando em consideração se ela é condicional ou incondicional. (MARTINS et al. 2013)

**RESERVA PARA RETENÇÃO DE LUCROS:** De acordo com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, deliberar a retenção de uma parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Essa reserva também é denominada Reserva de Plano de Investimentos, Reserva para Plano de Expansão ou Reserva Orçamentária.



Repare, entretanto, que essa reserva não pode ser constituída em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório.

**RESERVA DE LUCROS A REALIZAR:** De acordo com o art. 197 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei no 10.303/01, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Sendo assim, a constituição da reserva de lucros a realizar tem por objetivo evitar que a companhia pague dividendos sobre lucros que ainda não foram realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados, são valores que ainda não circularam pelo caixa).

Calculado o dividendo mínimo obrigatório, se o valor for superior à parcela realizada do lucro líquido do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição da reserva de lucros a realizar.

Segundo o art. 197 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei no 11.638/07, são considerados lucros a realizar apenas:

- I – o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e
- II – o lucro, ganho ou rendimento em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorrerá após o término do exercício Social seguinte.



Exemplo 5.7:

Suponha que a companhia Alfa S/A., durante o exercício de 20X1, tenha apurado um lucro no valor de R\$ 150.000,00.

Com isso, proceda à constituição da reserva legal (5%) e dos dividendos (o dividendo proposto no estatuto é de 25% do lucro). Para tal, considere que nesse exercício a companhia Alfa S/A. contabilizou uma receita proveniente da equivalência patrimonial no valor de R\$ 120.000,00.

Observe que a assembleia geral decidiu que caso haja excedente de lucro, este será retido para atender a projeto de investimento da companhia Alfa S/A.

Resolução:

Constituição da reserva legal:

$$\text{R\$ } 150.000,00 \times 5\% = \text{R\$ } 7.500,00$$

D: lucro do Exercício (Apuração do Resultado do Exercício)	
C: Reserva legal (Balanco Patrimonial – Patrimônio Líquido – Reservas de Lucros)	R\$ 7.500,00

$$\text{Lucro líquido do exercício} = \text{R\$ } 150.000,00 - \text{R\$ } 7.500,00 = \text{R\$ } 142.500,00$$

$$\text{Dividendo mínimo obrigatório} = \text{R\$ } 142.500,00 \times 25\% = \text{R\$ } 35.625,00$$

$$\text{Parcela realizada do lucro líquido do exercício} = \text{R\$ } 150.000,00 - \text{R\$ } 120.000,00 = \text{R\$ } 30.000,00$$

Como o valor do dividendo mínimo obrigatório, R\$ 35.625,00, ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do exercício, R\$ 30.000,00, o excesso (R\$ 35.625,00 – R\$ 30.000,00 = R\$ 5.625,00) deve ser destinado à constituição da reserva de lucros a realizar.

D: lucro do exercício (Apuração do Resultado do Exercício)	
C: Dividendos Propostos a Pagar (Balanco Patrimonial – Passivo circulante – Outras Obrigações)	R\$ 30.000,00

D: lucro do Exercício (Apuração do Resultado do Exercício)	
C: Reserva de lucros a Realizar (Balço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Reservas de Lucros)	Rs 5.625,00

D: lucro do Exercício (Apuração do Resultado do Exercício)	
C: Reserva para retenção de lucros (Balço Patrimonial – Patrimônio Líquido – Reservas de Lucros)	Rs 106.875,00

### 5.3.5 AÇÕES EM TESOURARIA

De acordo com o § 5º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, as ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

### 5.3.6 PREJUÍZOS ACUMULADOS

Conforme a Lei nº 11.638/07, a conta Lucros ou prejuízos acumulados não existe mais, havendo só a conta Prejuízos acumulados.



Sendo assim, após a constituição das reservas de lucros e do cálculo do dividendo mínimo obrigatório, se houver lucro remanescente, ele deverá ser distribuído como dividendo complementar. Essa regra se aplica somente para as sociedades anônimas, as demais poderão continuar mantendo os lucros acumulados.



## RESUMO DA UNIDADE

Nesta unidade, você aprendeu que o grupo Patrimônio líquido é composto pelos subgrupos capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Aprendeu ainda a função e as principais contas representativas de cada um desses seis subgrupos, bem como registrou os lançamentos contábeis correspondentes. Além disso, você agora sabe estruturar corretamente o Balanço Patrimonial, o grupo Patrimônio Líquido e a Demonstração do Resultado do Exercício.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO (ANDIMA); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS (ABRASCA). **O que são Debêntures**. 2008. Disponível em: <[http://www.debentures.com.br/downloads/textostecnicos/cartilha\\_debentures.pdf](http://www.debentures.com.br/downloads/textostecnicos/cartilha_debentures.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2014.

BM&FBOVESPA. **O que são Debêntures**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/renda-fixa/o-que-sao-debentures.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 23 out. 2014.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.638/07**, de 28 dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e dá outras providências. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm)>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 449/08**, de 03 dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/MPs/2008/mp449.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)**: Redução ao valor recuperável de ativos. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 17 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1):** Ativos Intangíveis. 2010b. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1):** Custos de transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. 2010b. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2):** Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto. 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1):** Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 27:** Ativo imobilizado. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 17 out. 2014.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade básica:** teoria e questões comentadas. 6. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável as demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio. **Manual de Contabilidade Societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sergio de; REIS, Arnaldo. **Considerações sobre as mudanças nas demonstrações contábeis – Lei 11.638/07.** Disponível em: <<http://www.marion.pro.br/portal/modules/wfdownloads>>. Acesso em: 10 out. 2014.